



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MAÍSA ALANA ALVES DE SOUSA GOMES

**DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS CRECER,
CULTARTE E SAGUAPAC À LUZ DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO
FOMENTADORA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO**

**JOÃO PESSOA
2016**

MAÍSA ALANA ALVES DE SOUSA GOMES

**DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS CRECER,
CULTARTE E SAGUAPAC À LUZ DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO
FOMENTADORA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite.

**JOÃO PESSOA
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G633d Gomes, Maísa Alana Alves de Sousa
Desenvolvimento solidário [manuscrito] : uma análise dos projetos Crecer, Cultarte e Saguapac à luz da economia solidária como fomentadora dos objetivos de desenvolvimento do milênio / Maísa Alana Alves de Sousa Gomes. - 2016.
54 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, Departamento de Relações Internacionais".

1. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). 2. Economia solidária. 3. Estudo de caso. I. Título.

21. ed. CDD 334

MAÍSA ALANA ALVES DE SOUSA GOMES

DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS CRECER,
CULTARTE E SAGUAPAC À LUZ DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO
FOMENTADORA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Artigo apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

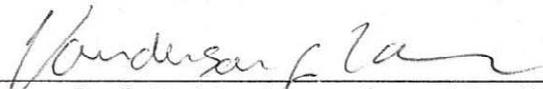
Área de concentração: Economia Política Internacional.

Aprovada em: 27 / 10 / 2016.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)


Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Ao meu pai, por seu amor e sua dedicação aos
seus três filhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua sabedoria, bondade, misericórdia e amor sempre presentes em minha vida, mesmo em momentos de completa dúvida e descrença de minha parte.

À Nossa Senhora, por sua poderosa e fiel intercessão junto a Deus por mim. Sempre me amparando como Mãe Espiritual e nunca deixando de dar a sua atenção às minhas súplicas.

Aos meus pais, José Alves de Sousa e Maria de Lourdes Nunes Gomes, por todos os ensinamentos e valores compartilhados, por toda a abdicação e dedicação física, emocional e financeira a mim confiadas desde o meu nascimento. Principalmente ao meu pai, o meu maior incentivador, a quem devo todo o meu empenho escolar e universitário, sempre me instigando a buscar meus sonhos através do caminho do conhecimento. Essa conquista também é sua, papai.

Aos meus dois irmãos, Romero Alves de Sousa Gomes e Breno Alves de Sousa Gomes, por todo o companheirismo ao longo de minha passagem neste mundo material. Vocês sempre serão meus primeiros e melhores amigos.

Aos meus demais familiares, por todas as palavras de incentivo ao longo da minha graduação.

Ao meu namorado, Pablo Mariz de Oliveira, por sua presença em minha vida e por todo carinho, confiança e compreensão direcionados a mim durante as últimas semanas. Sem seu apoio constante, teria sido mais difícil lidar com esse momento estressante.

Aos meus amigos de infância, do colégio, da igreja e da vida, por nossas amizades repletas de bons momentos compartilhados, mas principalmente pela paciência com os meus sucessivos não aos nossos encontros nos últimos meses.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, por sua paciência e atenção com a pesquisa aqui desenvolvida, por todo o conhecimento compartilhado de forma generosa ao longo da minha estada no curso de Relações Internacionais, e, finalmente, por ter afortunadamente me apresentado à economia solidária, temática que construí demasiado apreço e na qual deposito minha esperança de um mundo mais justo e igualitário.

Aos demais professores do curso de Relações Internacionais da UEPB, substitutos ou efetivos, por serem fiéis devotos da educação neste país. Sem o amor por suas funções, enfrentar a precariedade na infraestrutura do Campus V e o descaso institucional pelo qual funcionários, professores e alunos são acometidos diariamente não seria possível. Gratidão a todos vocês, que mesmo diante das adversidades nesses dez anos de curso, formaram, formam e formarão verdadeiros internacionalistas. Em especial, aos professores Silvia Nogueira, Paulo Kuhlmann e Ana Paula Maielo, por terem mudado, particularmente, a minha forma de enxergar a mim, ao próximo e ao mundo.

Aos funcionários que passaram pelo Campus V da UEPB ao longo da minha graduação, desde aqueles que desempenham as funções mais básicas, de limpeza e segurança, até as mais altas, nas coordenações dos cursos e na direção do campus. Sem seus serviços, não poderia desempenhar meu papel de estudante universitária com afinco. Em especial, à secretária da Coordenação do Curso de Relações Internacionais, Sandra Maranhão, pela presteza e atendimento solícito quando me foi necessário nesses quatro anos e dez meses.

Aos colegas de classe com quem pude conviver e aprender durante minha caminhada no curso de Relações Internacionais da UEPB, pelos debates enriquecedores e pela troca de vivências e conhecimentos mútuos. Um bom estudante não se faz sozinho: é necessário estar inserido em um bom meio para que suas capacidades possam ser testadas pelos melhores.

A todos aqui citados, e aos que infelizmente esqueci-me de citar, mas que também estão gravados em meu coração, minha eterna gratidão!

“Um negócio social não quer prejudicar ninguém. Os negócios tradicionais têm o objetivo de maximizar o lucro. São voltados para o ganho individual, para o acúmulo individual de riqueza. Não somos máquinas de fazer dinheiro. Somos mais que isso. Temos outras dimensões. Há uma dimensão que não é voltada para nós mesmos, mas para os outros, para o coletivo – e os negócios tradicionais não atendem essa outra dimensão. O modelo atual do capitalismo não é suficiente para nos satisfazer como seres humanos, porque não contempla todas as nossas dimensões.”

Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz em 2006.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	08
2	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: UMA NOVA AGENDA PARA ACELERAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO SÉCULO XXI.....	10
3	ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA FERRAMENTA EFICAZ NA PROSSECUÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO.....	16
4	OS PROJETOS CRECER (BOLÍVIA), CULTARTE (BRASIL) E SAGUAPAC (BOLÍVIA) NO ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO 1, 3 E 7.....	23
4.1	O caso do CRECER na Bolívia.....	24
4.2	O caso do Cultarte no Brasil.....	26
4.3	O caso da SAGUAPAC na Bolívia.....	33
5	ANÁLISE DOS CASOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERÊNCIAS.....	46
	ANEXO A – LISTA OFICIAL PROPOSTA PELA CEPAL EM 2011 DOS INDICADORES DOS ODM.....	50

DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS CRECER, CULTARTE E SAGUAPAC À LUZ DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FOMENTADORA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Maísa Alana Alves de Sousa Gomes¹

RESUMO

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em setembro de 2000 com o intuito de sanar as barreiras que impossibilitavam as nações subdesenvolvidas alcançar a promessa do desenvolvimento. Em paralelo, novas iniciativas econômicas, pautadas na cooperação, autogestão e democracia, vem ganhando força como alternativa ao desenvolvimento capitalista tradicional. A economia solidária constitui-se em um espaço intermediário entre o Estado e o mercado, atraindo adeptos para uma nova racionalidade econômica. O objetivo deste artigo é analisar a adoção de práticas derivadas da economia solidária como ferramenta que possibilita a entrega de três dos oito ODM propostos pela ONU através de três estudos de caso situados na Bolívia e no Brasil.

Palavras-Chave: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Economia solidária. Estudo de caso.

SOLIDARITY DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF PROJECTS CRECER, CULTARTE AND SAGUAPAC IN LIGHT OF SOLIDARITY ECONOMY AS A PROSECUTOR TO MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS

ABSTRACT

The United Nations (UN) established the Millennium Development Goals (MDG) in September 2000 in order to remedy the barriers that made it impossible to underdeveloped nations to achieve the promise of development. At the same time, new economic initiatives, guided by the cooperation, self-management and democracy, has been gaining strength as an alternative to traditional capitalist development. The solidarity economy constitutes itself on an intermediate space between state and market, attracting enthusiasts to a new economic rationality. The aim of this paper is to analyze the adoption of practices derived from the solidarity economy as a tool that allows the delivery of three of the eight MDG proposed by the UN through three case studies located in Bolivia and Brazil.

Keywords: Millennium Development Goals (MDG). Solidarity economy. Case study.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus V. E-mail: maisa_alana@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao início do novo milênio, um mundo multipolar e globalizado consolidava-se após o fim da Guerra Fria. A emergência de novas tecnologias, o avanço da internet e a participação cada vez mais efetiva dos países nos fóruns e organizações internacionais configuravam a sua chegada. No entanto, ainda que novos atributos se fizessem presentes, velhos desafios ainda mostravam-se vivos e persistentes na realidade mundial, tais como, fome, pobreza, analfabetismo, miséria, desigualdade social e de gênero, precariedade na saúde humana, degradação do meio ambiente e subdesenvolvimento.

Com a finalidade de superar esses desafios, concedendo atenção às principais barreiras que impossibilitavam as nações de alcançar a promessa do desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com os governos nacionais e a sociedade civil internacional, estabeleceu em setembro do ano de 2000 os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Ao final de 2015, as oito metas que deveriam ser atingidas eram: 1) acabar com a fome e a miséria; 2) oferecer educação básica de qualidade para todos; 3) promover a igualdade entre os gêneros e autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde das gestantes; 6) combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7) garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e 8) estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

A proposição de uma agenda internacional para os últimos quinze anos com o intuito de erradicar as mazelas sociais herdadas do antigo milênio e promover o desenvolvimento de forma horizontal estava em pauta na comunidade internacional. Os ODM constituíram um método efetivo e histórico de mobilização global (SACHS, 2012), representando um consenso entre as nações sem precedentes desde sua criação (WAAGE et al, 2010). Na prática, a fim de torná-los palpáveis e mensuráveis em sua aferição ao longo do prazo estabelecido, também foram instituídas metas prioritárias e indicadores para cada um deles. Com isso, a esperança de que uma ação global pudesse reverter a aparente desigualdade socioeconômica mundial recaiu principalmente sobre aqueles que aspiravam sair desse patamar nada desejado.

Diversas políticas públicas empregadas no plano interno pelos países em busca do desenvolvimento, a exemplo do Programa Fome Zero no Brasil, e programas globais geridos pela própria ONU, a maioria deles por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), buscaram atingir os ODM no decorrer do prazo estabelecido. No entanto, também é possível mapear e analisar paralelamente outras iniciativas recorrentes em um espaço intermediário entre a ação do Estado e do mercado, as quais são comumente denominadas como economia solidária. Através de suas práticas de cooperação, autogestão e democracia, que vêm readquirindo força ao redor do mundo desde a década de 1980 (SINGER, 2002a), essas iniciativas solidárias propõem-se a fornecer novas respostas às demandas sociais inerentes ao desenvolvimento.

Averiguar se de fato as práticas advindas da economia solidária são capazes de serem enquadradas como ferramentas eficazes na promoção dos ODM é o questionamento central que move este trabalho. Diante disso, o objetivo do artigo é promover uma análise de três projetos que se utilizam dessas práticas, a saber, CRECER (Bolívia), Cultarte (Brasil) e SAGUAPAC (Bolívia), para examinar a eficácia da economia solidária na prossecução de três dos oito ODM propostos pela ONU: em primeiro lugar, como fomentadora da erradicação da fome e da miséria (ODM 1); em segundo, como promotora da igualdade entre os gêneros e da autonomia das mulheres (ODM 3); e em terceiro, como garantidora da qualidade de vida e respeito ao meio ambiente (ODM 7).

A escolha criteriosa dos ODM acima citados como peças de análise deste trabalho parte do cruzamento do escopo representativo da economia solidária com as grandes áreas abarcadas pela ONU no projeto. Cada um dos projetos selecionados engloba um ODM diferente em seu escopo, com a finalidade de comprovar a participação positiva do modelo socioeconômico proposto em diversas realidades. Atualmente, é possível encontrar uma infinidade de empreendimentos solidários em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, economia, entre outros. No entanto, é possível observar que são mais comuns aqueles que visam fornecer respostas socioeconômicas à realidade enfrentada por grupos ou comunidades. Permite-se, assim, uma avaliação da esfera socioeconômica proposta pelo modelo de organização da economia solidária e sua validade de alcance à agenda internacional firmada pela ONU.

Para evidenciá-la como ferramenta fundamental de superação aos desafios do sistema socioeconômico capitalista no que tange ao desenvolvimento dos marginalizados, o método de abordagem empregado foi o hipotético-dedutivo, sendo utilizada a metodologia de estudo de caso. Foram selecionados três projetos que empregam a lógica e a operação sugeridas pelos pressupostos da economia solidária. Intencionalmente, todos estão situados na América Latina, região cujo desenvolvimento ainda mostra-se em diversos países como um desafio a ser superado. A originalidade do artigo consiste em usar um modelo socioeconômico heterodoxo e pouco difundido no campo das Relações Internacionais, cujo princípio basilar – a cooperação – também se faz presente, para avaliar os ODM, uma temática que retornou aos holofotes acadêmicos ao final de 2015.

Por se tratar de um modelo socioeconômico eventualmente mais simples e comum do que se imagina na realidade latino-americana, o artigo, *a priori*, traria três projetos de áreas distintas da economia solidária situados em três países diferentes da América Latina. No entanto, a pesquisa inicial mostrou que mesmo com a facilidade atual de mapear os empreendimentos solidários, a literatura do tema ainda carece de estudos de caso quantitativos, que demonstrem a atuação de projetos de economia solidária através de dados comparativos. A abundância de estudos de caso qualitativos encontrados em relação aos quantitativos fez com que dois dos três estudos de caso empregados neste artigo fossem do mesmo país, perdendo parte da proposta de diversidade inicial do trabalho.

Isto posto, o restante do artigo encontra-se organizado em quatro partes, além desta introdução. Na segunda seção, uma exposição mais profunda sobre os ODM, suas metas prioritárias e indicadores, além de seu contexto de criação. Na terceira seção, uma apresentação sobre a economia solidária e sua relevância enquanto teoria e prática, seus conceitos, origem, princípios e críticas abordados pelos principais autores do campo. Na quarta seção, uma análise dos três projetos latino-americanos que possuem a economia solidária como base, para comprovar sua instrumentalização de forma clara e efetiva no que tange ao êxito dos ODM 1, 3 e 7. E, para finalizar, a análise dos casos e as considerações finais acerca dos resultados atingidos pelo trabalho.

2 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: UMA NOVA AGENDA PARA ACELERAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO SÉCULO XXI

O novo século foi aberto com uma declaração sem precedentes de solidariedade e de determinação em livrar o mundo da pobreza (SACHS, 2012; WAAGE et al, 2010). Em 8 de setembro de 2000, a Declaração do Milênio das Nações Unidas concebeu o que logo posteriormente viria a ser a maior agenda global com o intuito de acelerar o desenvolvimento humano: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Através do comprometimento de seus líderes mundiais, as nações ratificaram em um plano global seus esforços conjuntos para reduzir a pobreza, aumentar a saúde da população mundial, promover a paz, os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental.

Durante toda a década de 1980 e início dos anos 1990, acreditava-se que a globalização seria o novo motor do progresso econômico mundial, já que as forças do mercado colocariam os países pobres em um caminho de crescimento e auto sustentação econômica. Baseadas nos princípios de estabilidade macroeconômica, liberalização dos mercados e privatizações das atividades econômicas, essas nações tornar-se-iam capazes de alcançar grandes níveis de crescimento econômico, enquanto este, conseqüentemente, promoveria visíveis melhorias na saúde, educação, nutrição e habitação, além de crescente acesso à infraestrutura básica por parte da população, como saneamento básico e água potável (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2003).

Os benefícios da globalização poderiam ser mensurados através do crescimento econômico apresentado nas últimas décadas por algumas regiões, como o Sul Global, tendo como seu maior expoente a China. No entanto, também é possível notar que muitas regiões foram sistematicamente excluídas ou contornadas por esse fenômeno, até mesmo dentro dos próprios países com elevado crescimento econômico. Ressaltando as ilhas de pobreza que já havia na América Latina, África Subsaariana, Europa Oriental e Oriente Médio, a globalização mostrou-se como uma moeda de duas faces. Para entender a persistência da pobreza nessas regiões, foi necessário compreender suas raízes, nas quais medidas puramente econômicas não permitiram saná-la.

Após o período inicial de efervescência da globalização, as suas lacunas tornaram-se evidentes. O debate sobre desenvolvimento, que até então girava em torno de questões meramente econômicas, passou a focar também outras esferas que impediam o avanço dos países pobres. A necessidade não só de reformas

econômicas para selar a estabilidade macroeconômica nessas regiões, mas também de instituições e governança fortes, com capacidade de aplicar o papel do direito e de controlar a corrupção; de justiça social e do envolvimento da população nas decisões que a afetam; e de agir nos constrangimentos estruturais que evidenciam as assimetrias entre nações desenvolvidas e não desenvolvidas foi posta como a chave para o desenvolvimento (UNITED DEVELOPMENT PROGRAMME, 2003).

Inúmeras conferências, encontros e cúpulas ocorreram durante toda a década de 1990 acerca de discutir as barreiras ao desenvolvimento em todo o mundo (REZENDE, 2007; HULME, 2009). A Cúpula do Milênio, que tinha como objetivo inicial discutir os principais problemas mundiais elencados a partir do relatório feito pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas no ano de 2000, Kofi Annan, o qual se intitula *Nós, os povos: o papel das Nações Unidas no século XXI*², reuniu líderes mundiais, representantes da sociedade civil e de outras agências e programas da própria ONU para que juntos pudessem desenvolver uma ação global concertada que fornecesse respostas aos desafios socioeconômicos mundiais. Os objetivos e metas que afrontavam os países no limiar do novo século foram sistematizados na Declaração do Milênio e assinados por 189 nações na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Durante a Cúpula do Milênio³, realizada entre os dias 6 e 8 de setembro de 2000, as discussões giraram em torno das heranças nefastas que estavam sendo deixadas às próximas gerações. Havia a necessidade da criação de metas que pudessem gerar novas expectativas quanto à possibilidade e capacidade dos países de lidarem com os problemas que atingiam direta ou indiretamente o planeta como um todo.

Kofi Annan advertia que era necessário criar uma rede de ações com o objetivo de enfrentar as violações de direitos humanos, a degradação ambiental, as epidemias, a fome, a má distribuição de renda, entre outras (REZENDE, 2007, p. 175).

A Declaração do Milênio é fruto desse grande debate entre os principais representantes mundiais. Seus pontos, que buscaram enumerar os problemas sociais, políticos econômicos e ambientais, foram sintetizados em ODM. Devendo ser perseguidos nos quinze anos (2000-2015) que se seguiam, os objetivos

² Relatório disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/Nosos povos.pdf>>. Acesso em: 7 de out. 2016.

³ A Cúpula do Milênio foi um evento promovido pela ONU e realizado em sua sede, na cidade de Nova Iorque, EUA.

abarcaram temas como desenvolvimento, erradicação da pobreza, proteção do meio comum, promoção dos direitos humanos, da democracia e da boa governança, proteção dos grupos vulneráveis, promoção e consolidação de respostas às necessidades especiais da África. Liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância e responsabilidade comum são apontadas por Rezende (2007) como os valores e princípios defendidos pela ONU através do seu comprometimento com essas questões.

Essas grandes temáticas discutidas durante a Cúpula do Milênio foram condensadas em oito ODM, sendo eles: 1) acabar com a fome e a miséria; 2) oferecer educação básica de qualidade para todos; 3) promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde das gestantes; 6) combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7) garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e 8) estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

Cada um dos ODM foi elaborado de modo a possuir metas prioritárias e indicadores para sua avaliação. Waage et al (2010) afirmam que a utilização de uma estrutura baseada em resultados é um dos pontos fortes da agenda proposta pela ONU, o que ajudou aos doadores internacionais verificarem e mensurarem o retorno de seus investimentos. Seguem no Anexo A os objetivos (1), metas prioritárias (a) e indicadores utilizados (i) para aferir cada um deles de acordo com a lista fornecida pela CEPAL (2011)⁴.

Cabe observar que os ODM são de grande importância na diminuição do sofrimento humano no início do século XXI e representam uma etapa inovadora da atuação da ONU na busca pelo desenvolvimento. Não se deve esquecer, no entanto, que outros planos foram empregados a partir da década de 1950 por agências também ligadas à ONU, como aqueles liderados pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, em inglês), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, em inglês), e pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, em inglês) (HULME, 2009). Para Rezende (2007), as principais diferenças entre essas iniciativas anteriores aos ODM e os próprios ODM assentam-se no fato de que estas, os ODM,

⁴ Lista oficial dos indicadores dos ODM produzida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Disponível em: <http://www.cepal.org/mdg/noticias/paginas/6/35556/officiallist2011_es.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.

foram estabelecidos em vista de objetivos definidos globalmente, enquanto aquelas, da década de 1950 até 1980, foram prescritas em virtude de especificidades históricas regionais.

Ainda que todos os autores aqui citados reconheçam em seus trabalhos os benefícios inerentes à proposição de uma nova agenda internacional que objetivava sanar as barreiras ao desenvolvimento das nações, principalmente daquelas mais pobres (BIRCHALL, 2004; HULME, 2009; REZENDE, 2007; SACHS, 2012; WAAGE et al, 2010), estes ressaltam alguns erros de percurso na prossecução dos ODM ao longo dos quinze anos, seja na elaboração dos próprios objetivos, de suas metas e indicadores ou no método de avaliação de cada um deles.

Algumas críticas são recorrentes à temática. Waage et al (2010) conseguem sumarizar algumas delas em seu artigo, pois pontuam os objetivos como muito estreitos quanto à sua concepção, fazendo com que lacunas substanciais sejam abertas e deixando-os mais fragmentados para sua realização. Os autores ainda afirmam que os indicadores utilizados para mensurar o alcance dos ODM não capturam a complexidade das metas prioritárias, por necessitarem de parcimônia e pelo fato do desenvolvimento nas localidades muitas vezes ser de natureza qualitativa, e não quantitativa, sendo este um problema comum à maioria dos objetivos⁵.

Não obstante, os 189 países buscaram efetivar a cartilha de desenvolvimento proposta. A própria ONU, através de suas agências, gerenciou programas que foram formulados diretamente para o alcance dos ODM, como aqueles desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Alguns governos nacionais também buscaram prosseguir os objetivos através de políticas públicas de ordem interna. No caso da América Latina, o Programa Fome Zero, implementado inicialmente durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, foi um marco na erradicação da fome e da miséria do país⁶.

É possível observar, no entanto, que o desenvolvimento proposto pela iniciativa da ONU é ainda aos moldes de um sistema capitalista tradicional que não abarca por completo as demandas dos mais pobres. Birchall (2004, p. 36) acentua

⁵ O artigo não objetiva aprofundar-se nas críticas acerca dos ODM. Para mais detalhes, confrontar com outros autores, como BIRCHALL (2004), HULME (2009), REZENDE (2007) e SACHS (2012).

⁶ Assim demonstra ANDRADE (2014) em seu artigo intitulado *A resposta brasileira aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: o papel do governo nacional e o envolvimento de governos subnacionais*.

que “é um pouco decepcionante que a literatura dos ODM não mencione o trabalho realizado pelas cooperativas muitas vezes”. Mesmo não se utilizando desse método alternativo, a ONU reconhece regularmente a contribuição de cooperativas e outras iniciativas de cunho solidário para a redução da pobreza. Pode-se ver isto na mensagem de Kofi Annan em 2003 sobre o Dia Internacional das Cooperativas, no qual reafirmou a importância desses modelos de autoajuda e solidariedade e categorizou suas contribuições como sendo únicas e inestimáveis (BIRCHALL, 2004).

Ainda que a ONU reconheça em momentos pontuais o papel positivo dessas iniciativas alternativas ao capitalismo tradicional, há muito a ser conquistado e esclarecido por elas. Sobre o relatório do Projeto do Milênio proposto pela ONU⁷, o autor endossa que também

é decepcionante que ele [o relatório] não considere os métodos de organização pelo qual estes [alvos prioritários] serão alcançados. Ele [o relatório] fala de aumentar a produtividade através de insumos agrícolas, de melhorar as estradas através de ligações a mercados e coloca sua fé em novas tecnologias para melhorar os rendimentos. No entanto, não se considera a necessidade dos agricultores para o fornecimento e comercialização das empresas que estão sob seu controle. Na economia urbana, ele [o relatório] fala da ‘necessidade de estimular o crescimento da empresa privada’, mas sua receita está relacionada essencialmente com métodos pelos quais as empresas estrangeiras e de capital podem ser atraídas, e não métodos – tais como associações empresariais de cooperação – pelo qual as empresas locais podem ser fortalecidas (BIRCHALL, 2004, p. 37).

O desenvolvimento a partir de bases sustentáveis tem suscitado um amplo debate, na academia e fora dela. Há diferentes denominações abordadas pelos autores do tema, segundo Pedrini e Oliveira (2007): desenvolvimento alternativo, endógeno, sustentável, cultural, político, regional, local. “Nessas diferentes perspectivas, a economia solidária caracteriza-se como um vetor de distribuição da renda socialmente produzida e de geração de trabalho auto gestor” (PEDRINI e OLIVEIRA, 2007, p. 124).

É neste sentido que o presente artigo visa focar esse tipo de empreendimento que distingue-se do modelo tradicional capitalista e que é bastante comum nas regiões mais pobres do mundo, já que fornece respostas próprias às demandas locais de grupos e comunidades em situação de vulnerabilidade

⁷ É o plano de ação com iniciativa da ONU que através de métodos de planejamento e execução iria possibilitar o alcance dos ODM.

socioeconômica. Além disso, as iniciativas econômicas solidárias incorporam em seu bojo os debates de gênero e da questão ambiental, tendo em vista que, para se obter sustentabilidade, equidade e justiça social, é preciso observar a realidade sob uma ótica multidimensional (PEDRINI e OLIVEIRA, 2007), conforme veremos a seguir.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA FERRAMENTA EFICAZ NA PROSSECUÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

As palavras economia e solidariedade comumente são interpretadas como habitantes de mundos separados. Os dois termos foram apresentados historicamente como dissociados. Ao primeiro, costuma-se atribuir a linguagem fática e o discurso científico; enquanto que ao segundo, a linguagem valorativa e o discurso ético (RAZETO, 1999). A dicotomia entre os universos da economia e da solidariedade permeia as atividades econômicas firmadas no capitalismo, que representa majoritariamente o *modus operandi* da produção mundial desde o final do século XVIII. Para alguns, ver essas duas palavras em um mesmo binômio de teoria-prática ainda causa estranheza e desconfiança. Para outros, trata-se de “um novo modo de fazer economia, uma nova racionalidade econômica” (RAZETO, 1999, p. 1).

As iniciativas econômicas solidárias ganharam os holofotes internacionais a partir da década de 1980, especialmente 1990. Não coincidentemente, no mesmo período, o mundo buscava superar as crises no modelo fordista-taylorista de produção, que resultara em aumento nos processos de exclusão do mercado formal (desemprego, flexibilização e precarização das relações trabalhistas), e no Estado de bem-estar social. Além disso, a queda do bloco socialista, com o fim da União Soviética, e a ascensão do projeto neoliberal, cujas políticas aumentaram os níveis de exclusão social e pobreza, foram de fundamental importância para a emergência dessas práticas, que almejavam ser alternativas para a geração de renda entre aqueles que se encontravam à margem do mercado formal de trabalho e da sociedade (AZAMBUJA, 2009).

Cabe ressaltar, no entanto, que a economia solidária como é concebida atualmente mostra-se recente enquanto conceito difundido. Apesar da notoriedade obtida a partir da década de 1980, os princípios enraizados nas iniciativas

econômicas solidárias contemporâneas remontam de seus modelos embrionários da Primeira Revolução Industrial, ainda no início do século XIX. Singer (2002a, p. 24) afirma que “a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos trabalhadores causado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção”.

As primeiras cooperativas surgiram na Grã-Bretanha e tinham como objetivo recuperar o trabalho e a autonomia econômica dos trabalhadores diante do momento de crise que viviam. Singer (2002b, p. 1) sugere que “sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia”, estando ligada à expansão dos sindicatos e à luta pelo sufrágio universal. Na Europa, outro grande palco para formação das primeiras cooperativas operárias foi a França, e, posteriormente, seguindo os caminhos da industrialização, os Estados Unidos, ainda no século XIX. Essas iniciativas fazem parte do que Singer (2002a) denomina de “cooperativismo revolucionário”, que marcou o nascimento de um novo paradigma econômico.

A economia solidária apresenta-se visível em ciclos, geralmente ganhando fôlego em situações de crise econômica mundial (LÉVESQUE, MALO e GIRARD apud LECHAT, 2001, p. 2). Essas crises possuem motivações e características distintas, o que traz singularidades a cada onda de iniciativas econômicas solidárias. Para aumentar a complexidade da questão, a economia solidária pode ser confundida com outros conceitos como terceiro setor, economia social, economia popular, e ainda a mescla deles, como economia social e solidária e economia popular solidária (FRANÇA FILHO, 2009).

França Filho (2002, p. 9) aponta que “esses vários termos fariam assim alusão a um espaço da sociedade recentemente percebido também como lugar de produção e distribuição de riqueza, portanto, como mais um espaço econômico, isto é, lugar de geração de emprego e renda”. Logo, são necessárias as devidas distinções entre eles, já que por vezes são empregados como equivalentes de forma errônea, ainda que todos façam referência a um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do Estado e do mercado.

O termo terceiro setor advém de uma tradição anglo-saxônica, particularmente estadunidense, impregnada pela ideia de filantropia. Essa abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos, as quais devem preencher sete critérios essenciais: serem formais,

privadas, independentes, não devem distribuir os lucros, devem comportar algum nível de participação voluntária e não devem ser políticas e nem confessionais, ou seja, exclui-se qualquer tipo de vínculo com organizações políticas e religiosas (FRANÇA FILHO, 2002).

As críticas a essa definição, principalmente por parte dos autores latino-americanos, se fundamenta na exclusão da parcela das organizações que se constituem na informalidade, sendo esta muito comum aos países da sua região de origem. Essa filiação anglo-saxônica, portanto, refletiria apenas a 'ponta do *iceberg*' que representa o mar de iniciativas não governamentais e não mercantis nos países, principalmente naqueles onde a informalidade é bastante representativa. O terceiro setor é, ademais, considerado como à parte do Estado e do mercado. O que em muitos casos faz com que o termo apareça como justificativa ideológica para o desengajamento do Estado em políticas sociais (FRANÇA FILHO, 2002).

A economia social e a economia solidária, diferentemente do termo terceiro setor, estão inseridas no contexto europeu, mais precisamente na França, sendo ambas herdeiras de uma tradição histórica comum. A noção de economia social pode ser encontrada nas experiências associativistas, cooperativistas e mutualistas. Inicialmente, era associada ao movimento operário do século XIX que estava inserido em uma dinâmica de resistência popular contra um modo de produção que não lhes fornecia condições sociais, econômicas e políticas igualitárias e democráticas (FRANÇA FILHO, 2002).

A luta desses trabalhadores pela transformação social, que não passava pela tomada de poder do Estado, mas se dava através da replicação dessas experiências econômicas, agindo diretamente na modificação da forma como se operava a economia, ficou conhecida como socialismo utópico. São

compreendidas, portanto, como iniciativas oriundas dos setores populares, combinando, ao mesmo tempo, na sua ação organizacional, uma dimensão social e uma dimensão econômica sob um fundo de luta política, essas experiências modificam aos poucos o conteúdo de sua prática, ou seja, mudam de fisionomia ao longo da história (FRANÇA FILHO, 2002, p. 12).

Assim, com a especialização e profissionalização dessas experiências de forma progressiva através do reconhecimento dos poderes públicos e do aparato mercantil, houve a necessidade de separá-las de acordo com o seu quadro jurídico entre associativistas, cooperativistas e mutualistas. Essa sistemática de divisão fez

com que a economia social, que lutava para unir os trabalhadores operários e as experiências, se fragmentasse, distanciando-se do seu propósito inicial.

A fragmentação da economia social consolida-se durante a segunda metade do século XIX e na passagem para o século XX, refletindo, nesse movimento, a tendência dessas organizações a se isolarem em função dos seus respectivos estatutos jurídicos e, ao mesmo tempo, a se integrarem ao sistema econômico dominante vigente (FRANÇA FILHO, 2002).

O projeto político inicial contido no arcabouço da economia social aos poucos foi sendo substituído por uma visão tecnoburocrática, na qual os militantes políticos do movimento foram sendo trocados por profissionais especializados. A dimensão técnica, então, passa a primar sobre o seu projeto político. Assim, a perspectiva da economia solidária contida na economia social desaparece durante um longo momento do contexto europeu, dando lugar a uma economia social puramente institucionalizada e burocrática, como é possível ver em alguns bancos e hospitais ditos cooperativistas ou mutualistas na França, mas que dificilmente se distinguem de uma empresa privada ou pública comum (FRANÇA FILHO, 2002).

Economia social e economia solidária remetem atualmente a dois universos de experiências distintas. A esta última demarca-se sua afirmação diante da dimensão política de sua ação, não mais observada na economia social atual, “o que nos leva a defini-las como experiências que se apoiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13).

Todos esses pontos fazem com que a economia solidária seja vista pelos autores como uma renovação ou uma reatualização histórica da economia social. Dessa forma, a nomenclatura híbrida economia social e solidária serve como uma solução de compromisso entre seus promotores mais antigos e mais recentes (GAIGER, 2009).

Já a economia popular é própria do contexto latino-americano. É uma definição

utilizada, na maioria das vezes, para identificar uma realidade heterogênea, um processo social que pode ser traduzido pela ‘aparição e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América Latina’ (RAZETO, 1991 apud FRANÇA FILHO, 2002, p. 16).

Atividades como biscates, ocupações autônomas, microempresas familiares, empresas associativas ou organizações econômicas populares podem ser enquadradas como tal. A economia popular também é em muitos casos confundida com a economia informal, que é caracterizada como as atividades que estão à margem da legalidade. Pelo fato de ambas concentrarem-se nas mãos da parcela pobre da sociedade, são utilizadas como sinônimos, ainda que uma possa estar interseccionada à outra (FRANÇA FILHO, 2002).

Esclarecimentos dos termos à parte, aprofundar os princípios da economia solidária para sua diferenciação com o capitalismo tradicional e sua real compreensão como detentora de potencial transformador se faz necessário. Como ressalta Singer (2002a), a economia capitalista é baseada na competição. A lógica do modo de produção instaura a noção de ganhadores e perdedores na economia, na qual os primeiros acumulam vantagens e os últimos desvantagens para as competições futuras. Nesse ciclo sem fim, o capitalismo produz desigualdade crescente e verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores, repassando assim suas condições vantajosas e desvantajosas, respectivamente, para as suas gerações futuras e dando continuidade ao modelo e à produção de sociedades cada vez mais desiguais.

Para que fosse possível uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir, conforme afirma Singer (2002a, p. 9). Só será possível colocar a solidariedade em prática quando a economia for organizada de forma igualitária pelos que se associam, seja para comercializar, produzir, poupar ou consumir. “A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre os desiguais” (SINGER, 2002a, p. 9).

Ainda que a economia solidária predominasse no mundo, existiria algum nível de desigualdade entre os membros, já que os indivíduos por si só possuem habilidades e oportunidades distintas, fazendo com que uns obtivessem mais sucesso que outros. Dessa forma, é necessário que haja o poder estatal para regular as vantagens e desvantagens sistêmicas para que não se tornem cumulativas com o passar do tempo. Para saná-las, segundo Singer (2002a), há que se fazer a redistribuição do dinheiro entre os ganhadores e os perdedores através de impostos, créditos e subsídios.

A desigualdade não é natural, tampouco a competição generalizada o é. Ambas resultam do modo de produção capitalista, pautado no direito à propriedade individual aplicado ao capital e no direito à liberdade individual. A aplicação desses dois princípios resulta na divisão da sociedade em duas classes distintas: a classe proprietária ou detentora do capital e a classe que, por não dispor do capital, vende sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural dessa equação é a competição e a desigualdade (SINGER, 2002a).

A economia solidária constitui-se como um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios produz uma única classe de trabalhadores que são detentores do capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado é a solidariedade e a igualdade. No entanto, sua reprodução exige a presença de mecanismos estatais de redistribuição de renda, ou seja, teria a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário e redistribuí-los entre os que ganham abaixo do considerado indispensável (SINGER, 2002a).

As empresas solidária e capitalista possuem sujeitos e objetivos distintos. Na empresa capitalista, prevalecem sempre o poder e o interesse dos acionistas, representados pelo grupo controlador. Na empresa solidária, prevalecem o poder e o interesse dos sócios. O objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país, ou no mundo, um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas.

As empresas capitalistas e solidárias também possuem modos de administração diferentes. Enquanto a empresa capitalista vigora sob a ótica da heterogestão, na empresa solidária impera a autogestão. Na heterogestão, a administração é hierárquica e a lógica da competitividade está sempre presente entre os grupos e setores de uma mesma empresa e entre empresas distintas; as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Para que a empresa consiga atingir seus objetivos é necessária a cooperação entre seus funcionários, mas cooperação e competitividade são incompatíveis entre si.

Na autogestão, a administração é democrática e a lógica da cooperação é essencial; as informações e consultas fluem de cima para baixo e as ordens e

instruções de baixo para cima. Os níveis mais altos da autogestão são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos, o que não acontece nas empresas capitalistas, cujos acionistas são aqueles que detêm capital (SINGER, 2002a).

Essa maneira de gerir os empreendimentos solidários exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária, pois além de cumprir suas tarefas, devem se preocupar com os problemas gerais da empresa. Esse esforço quando bem empregado, produz ótimos resultados dentro da empresa, todavia, quando não, torna-se desgastante. A prática democrática inerente à autogestão necessita desse esforço, que pode ter como maior inimigo o fatal desinteresse dos sócios. Este é um dos fatores apontados pelos autores da literatura com capacidade para desvirtuar os empreendimentos solidários de seu projeto inicial (SINGER, 2002a).

As iniciativas solidárias podem ser divididas em alguns tipos. Segundo Singer (2002b), podem ser cooperativas de crédito, de consumo, de produção ou de comercialização. As cooperativas de crédito são empresas de intermediação financeira que são possuídas pelos depositantes. As cooperativas de crédito comunitárias, formadas por moradores da mesma cidade ou membros do mesmo sindicato aplicam os depósitos em empréstimos pessoais aos cooperadores. Isto denomina-se crédito rotativo e resgata os mais pobres das garras da agiotagem, já que os bancos comerciais estão quase sempre fechados para eles. De modo geral, as empresas solidárias tendem a formar associações locais, regionais, nacionais e internacionais (SINGER, 2002b).

As cooperativas de consumo são possuídas por aqueles que consomem determinado produto ou serviço. A finalidade dela é proporcionar a máxima satisfação ao menor custo aos cooperadores. Já aquelas de produção configuram a modalidade mais básica da economia solidária dentre as citadas, a fim de promover a associação de pessoas com o objetivo de produzir determinado produto ou serviço conjuntamente. Por fim, existe também a cooperativa de comercialização, composta por produtores autônomos, individuais ou familiares (camponeses, taxistas, profissionais liberais, artesãos, entre outros) (SINGER, 2002b).

Assim, é possível identificar vários tipos de iniciativas solidárias que atendem e adequam-se às mais diversas realidades da população global. Com isso, a economia solidária é capaz de produzir respostas coerentes e eficazes na busca de grupos e comunidades pelo seu desenvolvimento, em um campo intermediário entre

o Estado e o mercado. Para comprovar tal feito, promovo a análise de três estudos de caso que têm como base iniciativas solidárias e alcançam ao menos três dos oito ODM propostos pela ONU na Declaração do Milênio em 2000.

4 OS PROJETOS CRECER (BOLÍVIA), CULTARTE (BRASIL) E SAGUAPAC (BOLÍVIA) NO ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO 1, 3 E 7

Conforme foi demonstrado teoricamente, a economia solidária fornece um arcabouço de possibilidades pautadas na cooperação, autogestão e democracia. Historicamente, vem sendo empregada como respostas locais aos problemas enfrentados por grupos e comunidades marginalizadas ao desenvolvimento capitalista. Serão abordados três estudos de caso que utilizam-se de empreendimentos solidários para a promoção de três dos oito ODM propostos pela ONU, a saber: CRECER (ODM 1), Cultarte (ODM 3) e SAGUAPAC (ODM 7) (Quadro 1).

No primeiro caso, a importante contribuição das microfinanças para a erradicação da pobreza, em particular, no oferecimento às pessoas mais pobres a oportunidade de escolher quando e como acessar outros serviços, como saúde e educação, além do seu potencial de redução direto da vulnerabilidade socioeconômica. O microcrédito não é uma panaceia como muitos acreditam ser. Atinge milhões de pessoas pobres ao redor do mundo e possui um impacto positivo sobre eles, predominantemente mulheres e crianças, que ainda são a parcela mais vulnerável à pobreza no mundo.

No segundo caso, a colaboração de um coletivo feminino na busca pela igualdade entre os gêneros e pelo empoderamento feminino frente à realidade de invisibilidade produtiva na qual as mulheres estão inseridas. As vulnerabilidades femininas não se situam apenas na relação de mercado, capital e salário. Elas se fundam no campo ideológico, nos estereótipos de gênero e na dupla jornada. Neste cenário, diferentes vulnerabilidades a que estão submetidas entrelaçam-se. Assim, mulheres têm mais dificuldades em converter seus direitos formais em reais potencialidades em virtude de fatores socioculturais, como a existência de normas sociais que lhes são desfavoráveis (SOUZA e SANTOS, 2016).

No terceiro e último caso, o trabalho realizado por uma cooperativa energética, cujo arranjo organizacional é bastante incomum a esse setor da

economia. O estudo de caso demonstra que no debate entre o público e o privado, as privatizações nem sempre fornecem a melhor resposta e que as cooperativas podem – e devem – ser levadas a sério, não como produtos de um ideal que não se traduz em realidade, mas como fonte de serviços de qualidade democráticos e acessíveis à população.

Quadro 1 – Estudos de caso selecionados

Título	País	ODM
CRECER	Bolívia	ODM 1
Cultarte	Brasil	ODM 3
SAGUAPAC	Bolívia	ODM 7

Fonte: Autoria própria.

4.1 O caso do CRECER na Bolívia

Para compreender a economia solidária como ferramenta que contribui para a erradicação da pobreza, fome e miséria, à luz do ODM 1 proposto pela ONU, trago uma análise do estudo de caso intitulado *Impacto seguro: cómo servir al más pobre construyendo instituciones financieramente autossuficientes y mejorando el nivel de vida de las mujeres más pobres y sus familias* proposto por Simanowitz e Walter (2008). Neste estudo de caso é abordado o CRECER, um banco comunal que incorpora créditos educacionais. O banco fornece serviços financeiros e educacionais integrados para as mulheres mais pobres e suas famílias em áreas rurais e marginais da Bolívia, a fim de apoiar as suas atividades autônomas para melhorar saúde, nutrição e renda familiar.

Registrado em 1990 como uma organização não governamental (ONG) boliviana, o CRECER possuía até dezembro de 2001 30.989 membros em aproximadamente 1.700 bancos comunais em cinco dos nove departamentos da Bolívia (Quadro 2). A sua metodologia segue os moldes dos bancos comunitários, grupos de solidariedade auto-selecionados e compostos de 5 a 8 mulheres, formando, ao total, bancos de 15 a 30 mulheres. Segundo Simanowitz e Walter (2008), os empréstimos, a partir de US\$ 71,00 a juros de 3,5% a/m, são feitos aos bancos comunais e depois repassados às suas associadas. Assim, as mulheres se

reunem semanalmente com a equipe local do banco para recolhimento dos juros e acompanhamento sobre gestão de pequenos negócios, cuidados com a saúde, nutrição e autoestima. O tamanho dos empréstimos é decidido pelas mulheres, mas devem ser pagos antes do ciclo de empréstimos do programa comunal se encerrar (Quadro 3) (SIMANOWITZ e WALTER, 2008).

Quadro 2 – Dados sobre o desempenho fiscal do CRECER em 2001

Data de estabelecimento	1990
Número de associados	30.989
Número de pessoas que trabalham no banco	139
Produtividade dos trabalhadores (associado/oficial de crédito)	223
Autosuficiência operativa	102%
Autosuficiência financeira	100%
Custo por unidade de dinheiro emprestado	US\$ 0,17
Eficiência administrativa	39%

Fonte: Simanowitz e Walter (2008, p. 6).

Quadro 3 – Dados sobre os associados do CRECER

% de associados que vivem com US\$ 1 ou menos por dia	41%
% de associados que vivem abaixo da linha nacional de pobreza	73%
% de associados novos mais pobres	38,6%
% de associados novos medianamente pobres	39,6%
% de associados novos menos pobres	21,8%
% de associadas mulheres	99%
Média do valor dos empréstimos	US\$ 128,00

Fonte: Simanowitz e Walter (2008, p. 6).

Do total de associados abarcados pelo CRECER, cerca de 66% do total experimentaram redução da sua pobreza econômica. Os dados fornecidos por Simanowitz e Walter (2008) afirmam que 86% de seus associados também aumentaram sua poupança. Isto sugere que a iniciativa do CRECER em fornecer microcrédito àqueles que são excluídos do sistema bancário convencional cumpre o seu papel de banco aos mais pobres.

4.2 O caso do Cultarte no Brasil

Para compreender a economia solidária enquanto ferramenta que promove a igualdade de gêneros e a autonomia das mulheres em diferentes realidades, conforme almeja o ODM 3 proposto pela ONU, trago o caso do grupo Cultarte, abordado por Souza e Santos (2016) em *As mulheres e desenvolvimento local: a experiência do grupo Cultarte*, o qual pertence ao contexto de atuação do projeto Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula (TBC Cabula), um processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em Roteiros Turísticos Alternativos, Responsáveis, Sustentáveis e Solidários (RTUARSS).

O grupo Cultarte surgiu em 2012 a partir da II Mostra de Cultura e Produção Associada ao Turismo e à Economia Solidária, constituindo-se como um coletivo de mulheres artesãs dedicadas à organização e participação em feiras e mostras de cultura popular, cursos e formação prática pautados na autogestão (SOUZA e SANTOS, 2016). As associadas residem em uma região periférica de Salvador - BA que engloba 17 localidades da cidade, sendo elas Resgate, Doron, Cabula, Saboeiro, Pernambués, Barreiras, Fazenda Grande do Retiro, Novo Horizonte, Beiru/Tancredo Neves, Narandiba, São Gonçalo, Engomadeira, Mata Escura, Arraial do Retiro, Sussuarana, Arenoso e Saramandaia.

O coletivo foi criado após mulheres residentes na região, historicamente constituída como um quilombo, diagnosticarem os problemas e as dificuldades ao seu acesso no mercado produtivo, sendo esta uma demanda comum a todas as associadas do Cultarte. O Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que, no Brasil, as mulheres representam metade do eleitorado e da força de trabalho do país, possuem mais anos de escolaridade se comparadas aos homens, no entanto, das que possuem registro profissional, 30% recebem menos do que homens na mesma situação. Logo, não é surpreendente que o Brasil esteja na 80ª colocação no *ranking* de 146 nações no Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (SOUZA e SANTOS, 2016).

Assim, Souza e Santos (2016) apontam para o fenômeno da “feminização da pobreza”⁸, não entendida estritamente como mulheres de baixa renda, mas que conseqüentemente são privadas de liberdade, autonomia e desenvolvimento. A ausência de liberdade econômica desencadeia a ausência de liberdade social, causando efeito direto nas desigualdades socioeconômicas percebidas entre homens e mulheres.

Dessa forma, o grupo Cultarte está inserido no contexto de desenvolvimento do projeto TBC Cabula, que visa ser uma alternativa ao turismo convencional, cujo impacto não leva em consideração as práticas tradicionais das comunidades, servindo apenas para a manutenção da lógica capitalista do mercado. Devolver o protagonismo à comunidade – e no caso específico do Cultarte, às mulheres – e atuar de maneira coletiva, em diálogo e atuação, é o principal objetivo do TBC Cabula. Para Souza e Santos (2016, p. 3), “o desenvolvimento do turismo de base comunitária, por conseqüência, atua no enfrentamento da pauperização das mulheres, colaborando para o empoderamento não só das mulheres, mas, de maneira geral, dos sujeitos que compõem a comunidade”.

Segundo dados retirados do Censo 2010, Souza e Santos (2016) mostram que 46,19% dos domicílios particulares permanentes de Salvador possuem mulheres como responsáveis, e das 17 localidades abarcadas pelo grupo Cultarte, 04 delas apresentam índices acima dessa média (Quadro 4).

Quadro 4 – Índice de mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes em Salvador e nas 17 localidades abarcados pelo grupo Cultarte (%)

Salvador	46,19%
Novo Horizonte	40,07%
Pernambuéis	41,69%
Barreiras	41,73%
Saboeiro	42,37%
Cabula	42,90%
Arraial do Retiro	43,12%
Narandiba	43,53%

⁸ Segundo Costa et al apud Souza e Santos (2016, p. 4), “o processo de feminização da pobreza consiste no crescimento (absoluto ou relativo) da pobreza no universo feminino ao longo do tempo”.

Sussuarana	43,97%
Arenoso	44,12%
Mata Escura	44,60%
Engomadeira	44,88%
Beiru/Tancredo Neves	45,15%
Saramandaia*	
São Gonçalo do Retiro	47,75%
Fazenda Grande do Retiro	48,19%
Resgate	48,91%
Doron	50,29%

Fonte: IBGE (2010) apud Souza e Santos (2016, p. 4). *Porcentagem não informada.

Na capital baiana, o índice de pobreza⁹ segundo o Censo 2010 do IBGE é de 5,57%. Já nas 17 localidades, Resgate e Saramandaia despontam como menor e maior índice, respectivamente (Quadro 5).

Quadro 5 – Índice de pobreza da população de Salvador e das 17 localidades abarcadas pelo grupo Cultarte (%)

Salvador	5,57%
Resgate	0,61%
Doron	0,68%
Cabula	1,18%
Saboeiro	1,28%
Pernambués	3,38%
Barreiras	3,57%
Fazenda Grande do Retiro	5,32%
Novo Horizonte	5,44%
Beiru/Tancredo Neves	6,08%
Narandiba	6,32%
São Gonçalo do Retiro	6,77%

⁹ “O índice de pobreza é calculado a partir da população residente em domicílios particulares permanentes, que possuem rendimento nominal mensal domiciliar de até 70 reais per capital” (IBGE, 2010 apud SOUZA e SANTOS, 2016, p. 4).

Engomadeira	6,97%
Mata Escura	7,03%
Arraial do Retiro	7,47%
Sussuarana	7,59%
Arenoso	9,08%
Saramandaia	11,17%

Fonte: IBGE (2010) apud Souza e Santos (2016, p. 3).

Enquanto o rendimento médio das mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes da cidade é de R\$ 1.039,60, 15 das 17 localidades estão abaixo dessa realidade (Quadro 6).

Quadro 6 – Rendimento médio das mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes na cidade de Salvador e nas 17 localidades abarcadas pelo grupo Cultarte (R\$)

Salvador	R\$ 1.039,60
Saramandaia	R\$ 363,96
Arenoso	R\$ 400,45
Sussuarana	R\$453,94
São Gonçalo do Retiro	R\$ 490,96
Engomadeira	R\$ 498,73
Arraial do Retiro	R\$ 521,98
Fazenda Grande do Retiro	R\$ 531,56
Mata Escura	R\$ 543,66
Beiru/Tancredo Neves	R\$ 550,76
Novo Horizonte	R\$ 555,78
Barreiras	R\$ 564,19
Narandiba	R\$ 573,56
Pernambués	R\$ 729,97
Doron	R\$ 979,55
Saboeiro	R\$ 1.418,69
Cabula	R\$ 1.432,62
Resgate	R\$1.841,66

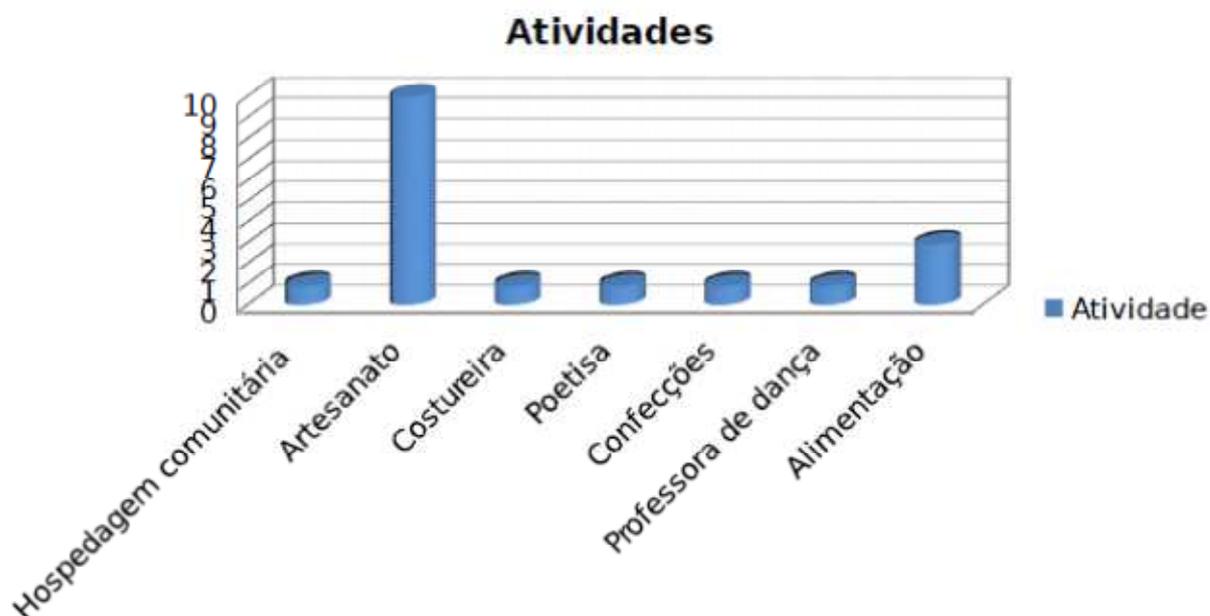
Fonte: IBGE (2010) apud Souza e Santos (2016, p. 4).

Diante dos dados expostos acima, é possível constatar que as vulnerabilidades socioeconômicas femininas iniciam na relação mercado-capital-salário. A lógica convencional capitalista, pautada em uma estrutura rígida e hierárquica de competição e heterogestão nos empreendimentos, não promove mecanismos efetivos de empoderamento para a supressão da condição produtiva desfavorável em que as mulheres se encontram. A partir do ato de se apoderar do legado histórico-cultural de seus bairros, além da diversificação das atividades, como a hospedagem domiciliar e comunitária, as mulheres artesãs do Cultarte empregam através de práticas democráticas a sua própria resposta às demandas observadas por elas mesmas.

Ao iniciar, em 2012, o Cultarte contava com 52 associadas. Hoje, o número está reduzido¹⁰ devido à necessidade de complemento da renda familiar. Muitas mulheres precisam atuar como faxineiras, costureiras, dentre outras ocupações, para prover o sustento necessário às suas famílias. Manter-se unicamente através da produção artesanal como principal atividade é um desafio. Isto ressalta os problemas enfrentados pelos empreendimentos solidários, os quais muitas vezes não conseguem sobreviver à lógica competitiva do mercado capitalista. Ainda assim, muitas delas combinam o artesanato com outra função (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Atividades desenvolvidas pelas mulheres do Cultarte

¹⁰ Souza e Santos (2016) não apresentam no artigo o número atual de associadas.

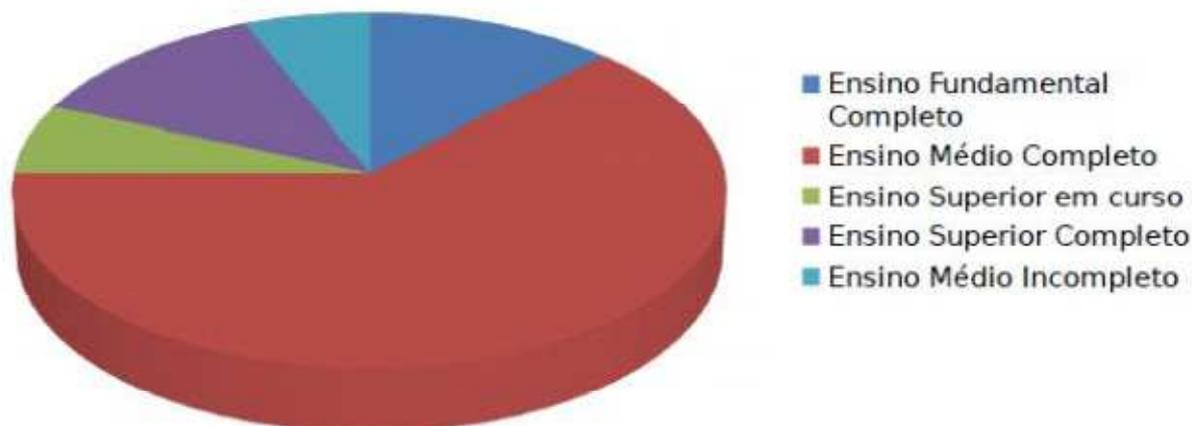


Fonte: Retirado de Souza e Santos (2016, p. 6).

Souza e Santos (2016) mostram que, majoritariamente, as mulheres do coletivo possuem ensino médio completo, e menos frequentes são aquelas com ensino superior completo (Gráfico 2). A maioria possui renda de até dois salários mínimos (Gráfico 3). Antes do Cultarte, já realizavam atividades remuneradas. Todavia, a partir do projeto, puderam aproveitar as oportunidades fornecidas para participar de feiras e eventos de artesanato e economia solidária, além de cursos e de aprimoramento de técnicas. Ainda assim, as mulheres apontam para a dificuldade de profissionalização e inserção no mercado de trabalho, que por vezes é restrito a elas.

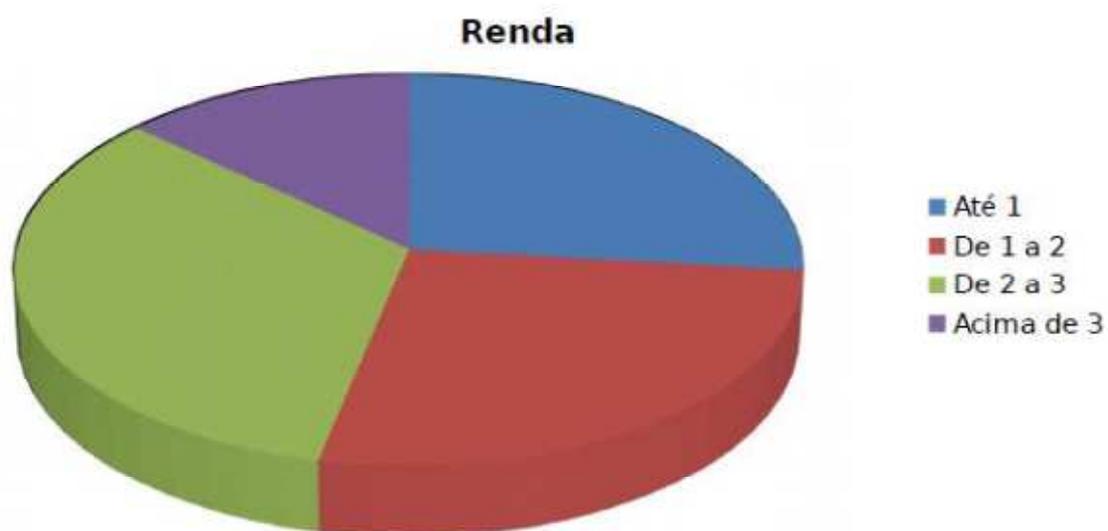
Gráfico 2 – Nível de escolaridade das mulheres do Cultarte

Escolaridades



Fonte: Retirado de Souza e Santos (2016, p. 7).

Gráfico 3 – Renda das mulheres do Cultarte com relação ao salário mínimo



Fonte: Retirado de Souza e Santos (2016, p. 7).

Souza e Santos (2016) relatam que as vulnerabilidades postas pelo mercado produtivo às mulheres são enfrentadas através da colaboração de umas com as outras. O fortalecimento do grupo amplia as possibilidades de enfrentamento dessas realidades adversas. As próprias associadas avaliam de maneira positiva a experiência com o TBC Cabula e o grupo Cultarte. Ainda que o conhecimento técnico-burocrático com relação à associação esteja engatinhando, o projeto

fomenta a expansão das possibilidades a essas mulheres. O processo de aprendizagem, trocas e construções coletivas fazem com que a avaliação do retorno do coletivo feminino seja positiva, mesmo com os problemas enfrentados pelas artesãs.

4.3 O caso da SAGUAPAC na Bolívia

Para evidenciar a economia solidária como também ferramenta de promoção da sustentabilidade ambiental proposta pelo ODM 7, trago o estudo de caso intitulado *Organisational structure and performance in urban water supply: the case of SAGUAPAC co-operative in Santa Cruz, Bolivia* produzido por Nickson (2000). O trabalho tem como objetivo analisar o arranjo organizacional e os efeitos da – até então – única cooperativa de abastecimento de água para uma cidade grande no mundo, a Cooperativa de Servicios Públicos Santa Cruz Ltda. (SAGUAPAC), que fornece água limpa 24h por dia aos 1.000.000 de habitantes de Santa Cruz, Bolívia¹¹.

O rápido processo de urbanização pelo qual países em desenvolvimento passaram nas últimas décadas aumentou a demanda por um maior e mais eficiente abastecimento urbano de água. No entanto, na maioria desses países, o fornecimento do serviço não acompanhou o ritmo de crescimento da demanda, fazendo com que significativa parcela da população urbana mundial ainda não possua acesso à água limpa e canalizada no século XXI.

Segundo Birchall (2004), aumentou de 77% para 82% o índice da população mundial com acesso à água potável no mundo durante os anos 1990¹², mas ainda há muito a ser feito. Na África, uma a cada três pessoas não usufrui desse serviço, o que ajuda a projetar perspectivas assustadoras para o futuro: acredita-se que se a tendência continuar, até 2020 o número de pessoas sem serviços de abastecimento de água adequados irá dobrar¹³. O aumento da transmissão de doenças infecciosas pela falta de acesso à água potável e o desperdício por parte das grandes companhias de abastecimento, que não realizam manutenção de qualidade em sua

¹¹ Dados referentes ao ano de publicação do estudo de caso.

¹² United Nations (2002) a57/211 apud Birchall (2004, p. 71).

¹³ Water and Sanitation Program (2002) apud Birchall (2004, p. 71).

infraestrutura, são problemas enfrentados pela população em desenvolvimento, tornando esse serviço básico precário.

Na maioria dos países pobres, o abastecimento de água é fornecido pelo setor público. O governo desses países tem enfrentado o desafio de encontrar fundos de investimento a fim de melhorar o serviço à população. O apoio do Banco Mundial às privatizações das companhias urbanas de água e a movimentação dos críticos em ressaltar a postura equivocada da instituição e as desvantagens dessa política aos mais pobres ainda gera polêmica (BIRCHALL, 2004). O resultado é a crise aguda de abastecimento de água que muitos países em desenvolvimento se encontram atualmente.

Nickson (2000) aponta que a maioria das grandes companhias de abastecimento possuem restrições significativas no que tange à sua administração institucional. Por serem geridas pelo setor público e receberem subsídios do governo, as companhias têm de lidar com as restrições na fixação de tarifas, que geralmente não sofrem reajustes para proteger o preço final do serviço para a população. Com isso, a manutenção, operação e recuperação da infraestrutura das companhias foram prejudicadas pela falta de recursos.

A partir de 1980, observou-se o crescimento da participação do setor privado nas companhias antes geridas somente pelo setor público. Isto possibilitou o surgimento de diversos tipos de interação entre os setores, a depender da configuração interna de cada país, entre eles, o mais incomum: o arranjo cooperativo¹⁴. A ONU, ao observar a exclusão sofrida pela população mais pobre, se posicionou contra as privatizações, alegando que a prestação de serviços por parte de empresas e comunidades locais apresenta maiores ganhos do que aquela realizada por empresas estrangeiras.

Santa Cruz é uma cidade boliviana ao extremo leste que faz fronteira com o Brasil. É distante da capital La Paz e após o processo de independência, cresceu de forma lenta e isolada do resto do país. Após um longo período no ostracismo, a realidade da cidade foi se modificando a partir da década de 1950, com o desenvolvimento de um forte senso de identidade e autossuficiência regional que pressionou o governo central boliviano por melhorias. De 1950 a 1960, a população

¹⁴ Nickson (2000) elenca outros tipos de arranjos organizacionais frutos da interação entre os setores público e privado, além do arranjo cooperativo, como corporativização, contrato de serviço, contrato de gerenciamento, contrato de arrendamento, contrato de concessão, arranjo de transferência construtiva e operativa e alienação.

mais que triplicou, passando de 42.000 para 150.000 habitantes. O *boom* populacional associado ao seu crescimento econômico advindo da produção de petróleo e gás natural fez com que a população da região galgasse avanços na infraestrutura e na prestação de serviços básicos através de movimentos cívicos. (NICKSON, 2000).

O contexto de negligência do governo central com o repasse dos *royalties* da cidade durante os anos que se seguiram à primeira exploração até 1960, quando houve o primeiro pagamento, justifica a escolha da região por uma estrutura de propriedade e controle cooperativo, pautada na autonomia e descentralização. A população não podia confiar no governo central após anos de dívidas, muito menos no governo local de fachada, escolhido pelo próprio governo central da Bolívia. A alternativa do setor privado também não foi atrativa, devido seu desenvolvimento embrionário ainda insuficiente para assegurar confiança à população ao lidar com a questão.

A solução dos cidadãos foi recorrer à sua própria tradição de cooperação bancária em pequena escala. Ainda em 1959, uma lei nacional que regula a criação e o funcionamento de cooperativas, a Lei de Cooperativas, foi aprovada. Inicialmente, a lei abarcou principalmente os setores de telecomunicações – criação da Cooperativa de Telefones Automáticos de Santa Cruz (COTAS) – e de energia elétrica – criação das Cooperativas Rurales de Eletricidad (CRE). Essa conjuntura propiciou um ambiente favorável e imprescindível ao surgimento de uma cooperativa de água nos anos que se seguiram (NICKSON, 2000).

Em 1973, uma companhia de propriedade pública foi criada em Santa Cruz, o que em 1979 veio a se tornar a SAGUAPAC, principal fornecedora de água para a cidade desde então. Nickson (2000) afirma que sua estrutura organizacional é formulada a partir de um arranjo cooperativo clássico. A tomada de decisão é descentralizada para os seus 96.000 associados que compõem os nove distritos de distribuição de água na cidade (Imagem 1). A cada dois anos, uma Assembleia Distrital é realizada em cada distrito. A função é escolher 1/3 dos integrantes dos Conselhos de Distrito, formados por seis conselheiros ao todo e com mandatos de seis anos, e os três delegados que farão parte de uma Assembleia Geral de Delegados. Para votar, cada cliente deve possuir uma conta de água e uma carteira de identidade. Todo o processo é supervisionado pelo Instituto Nacional de Cooperativas (INALCO).

Imagem 1 – Distribuição dos nove distritos de Santa Cruz abarcados pela SAGUAPAC

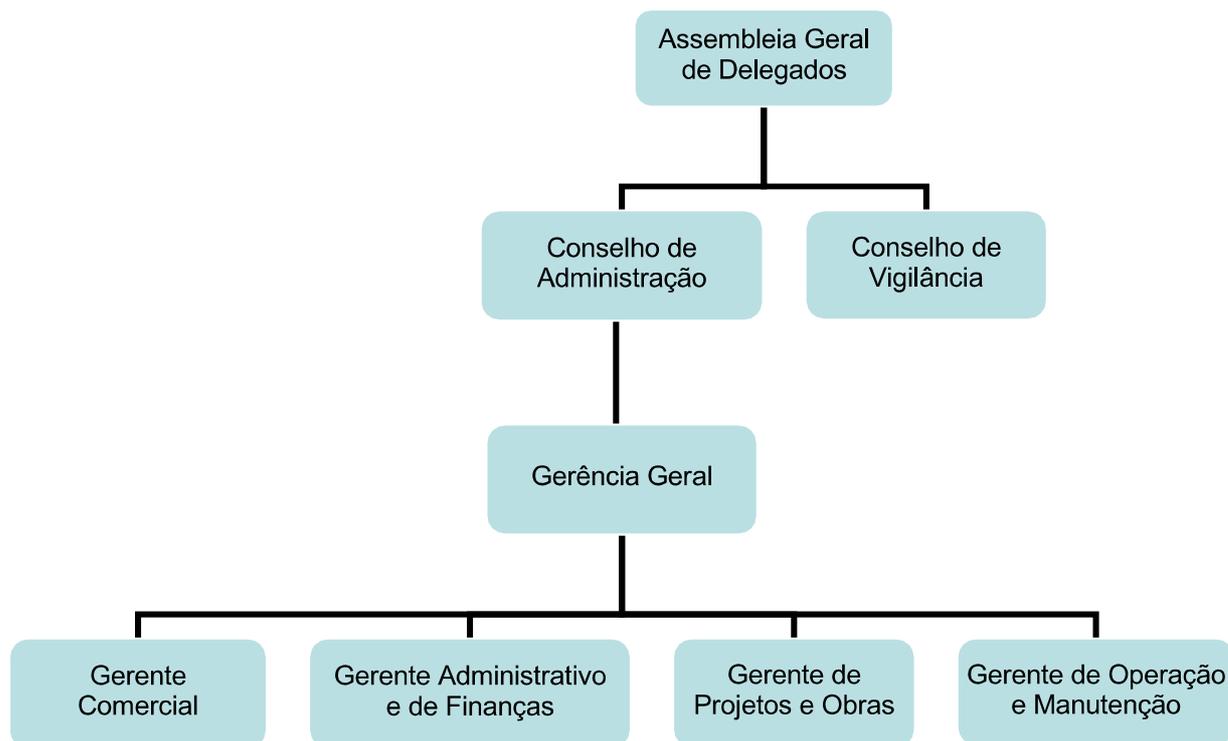


Fonte: Retirado do site da SAGUAPAC (2006). Disponível em: <<http://www.saguapac.com.bo/aplicacion/vista/organizacion-saguapac.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

A Assembleia Geral de Delegados compreende 36 representantes, sendo quatro por cada distrito. Sua função principal é eleger os integrantes do Conselho de Administração e do Comitê de Vigilância, que atuam diretamente na escolha dos nomeados aos cargos de liderança da SAGUAPAC (Imagem 2). Nickson (2000), aponta que até 1997, os membros do Conselho de Administração não recebiam qualquer remuneração pelos serviços prestados. Existe o subsídio de assistência nominal entre U\$ 300,00 e U\$ 400,00 por mês como forma de compensar o trabalho cooperativo realizado¹⁵. Além disso, a companhia empregava apenas 389 trabalhadores até a data do estudo de caso.

Imagem 2 – Organograma da organização estrutural da SAGUAPAC

¹⁵ Dados referentes ao ano de publicação do estudo de caso.



Fonte: Adaptado do site da SAGUAPAC (2006). Disponível em: <<http://www.saguapac.com.bo/aplicacion/vista/organigrama.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

O desempenho das companhias de fornecimento urbano de água pode ser medido de acordo com três critérios básicos: eficiência, equidade e eficácia. Nickson (2000) mostra que a SAGUAPAC possui um bom desempenho nesses critérios, fazendo com que a companhia seja exemplo de responsabilidade socioambiental. O primeiro critério diz respeito à eficiência do abastecimento urbano de água, podendo ser mensurado de duas maneiras: 1) a eficiência técnica – a relação entre a entrada e saída de recurso hídrico – e 2) a eficiência financeira – o grau de sucesso do recurso na consecução das metas organizacionais a custo mínimo. Cada uma dessas eficiências possui diferentes indicadores (Quadro 7).

Quadro 7 – Indicadores responsáveis por avaliar a eficiência da SAGUAPAC

Eficiência técnica	Eficiência financeira
Perdas de água , expressas na forma de água não contabilizada (UFW, em inglês). Este indicador mede a diferença entre o volume de água fornecida ao sistema de distribuição e a água vendida, expressa pela percentagem da produção de água líquida entregue ao sistema de distribuição.	Tarifa média , expressa em US\$ por metro cúbico. Relação do custo total pela quantidade de trabalhadores , que mede a proporção do total de custos com a equipe aos custos operacionais, excluindo depreciação, pagamento de

<p>Produtividade da equipe, expressa pelo número de trabalhadores por mil ligações de água.</p>	<p>juros e pagamentos de serviços da dívida.</p>
<p>Desempenho do medidor, expresso pela porcentagem de ligações de água em metros funcionando normalmente.</p>	<p>Eficiência de coleta, expressa na relação entre a coleta anual total pela porcentagem do total do faturamento anual.</p>

Fonte: Nickson (2000, p. 4).

Nickson (2000) aponta que nos critérios acima citados, a SAGUAPAC, em comparação às outras companhias de abastecimento de água bolivianas, executa bem suas funções. Sua eficiência operacional é exibida através de três indicadores: um nível relativamente baixo de perdas de água, um alto nível de produtividade dos trabalhadores e a medição universal. Sua eficiência financeira é apresentada por uma tarifa média baixa, custos com relação à quantidade de trabalhadores baixos e alta eficiência de coleta (Quadro 8).

Quadro 8 – Companhias de abastecimento de água bolivianas: indicadores chave de eficiência (1997)

	SAGUAPAC (Santa Cruz)	SAMAPA (La Paz)	SEMAPA (Cochabamba)
Eficiência técnica			
Perdas de água	23%	33%	54%
Trabalhadores/1000 ligações de água	4,02	4,43	6,49
Ligações medidas	100%	98%	64%
Eficiência financeira			
Tarifa média de água (\$/m ³)	0,55	*	0,63
Relação custos/trabalhadores	0,60	0,65	0,49
Eficiência de coleta	96%	100%	61%

Fonte: Banco Mundial (1998) apud Nickson (2000, p. 5). *Dado não fornecido pela companhia.

A eficiência da SAGUAPAC também pode ser observada a partir do seu aproveitamento dos empréstimos fornecidos pelo Banco Mundial para investimentos nas companhias de abastecimento. A instituição forneceu US\$ 35 milhões (1993-

1997) para a reabilitação e expansão de três companhias de serviço público de água bolivianas: a SAGUAPAC, a SAMAPA e a SEMAPA. De todas elas, a que melhor aproveitou os recursos emprestados foi a SAGUAPAC. Em relatório, o Banco Mundial elogiou a conduta da companhia, que construiu obras de esgoto adicionais usando os fundos economizados na execução do programa original, de modo que lhe permitiu entregar 125% da meta inicial do projeto.

Por outro lado, no prazo estipulado para encerramento das obras, em junho de 1996, a SAGUAPAC foi a única que havia completado seu projeto, enquanto a SAMAPA e a SEMAPA mal tinham iniciado a sua implementação. Em La Paz, todo o programa de trabalho original foi finalmente concluído após uma extensão 18 meses da data de encerramento. Já em Cochabamba, tinha sido alcançado apenas 77% do programa de trabalho original na mesma data. Como resultado, a taxa interna de retorno real (TIR) da SAGUAPAC com relação ao empréstimo fornecido pelo Banco Mundial excedeu o valor esperado, em nítido contraste com a situação da SAMAPA e da SEMAPA (Quadro 9) (NICKSON, 2000).

Quadro 9 – Taxa interna de retorno real (TIR) dos empréstimos fornecidos pelo Banco Mundial a SAGUAPAC, SAMAPA e SEMAPA (%)

	SAGUAPAC	SAMAPA	SEMAPA
Expectativa	15,0%	10,0%	15,0%
Real	20,37%	8,65%	0,58%

Fonte: Banco Mundial (1998) apud Nickson (2000, p. 5).

Sobre o critério de equidade, a análise de Nickson (2000) aponta que embora a taxa média de US\$ 0,55/m³ adotada seja ainda alta para a realidade dos países latino-americanos, a SAGUAPAC opera em uma estrutura de preços que respeita a situação socioeconômica da população local, principalmente dos mais pobres. Há a cobrança da tarifa *lifeline* (US\$ 0,27/m³) aos primeiros 15 m³ de água consumidos no mês por usuários residenciais, independente de sua renda. Aos usuários residenciais de caridade, essa tarifa especial é adotada em todo o volume de água consumido durante o mês, além dos 15 m³ iniciais (NICKSON, 2000).

As tarifas para os consumidores industriais e comerciais são tipicamente 45% superiores às empregadas para usuários residenciais. Além disso, com

exceção dos usuários residenciais de caridade, todos os demais usuários têm a possibilidade de aumentar seu consumo de água/m³ via elevação de tarifa, custando 136 m³ ou mais de água por 250% acima do valor da tarifa *lifeline* (NICKSON, 2000).

Essa política de taxação distinta entre os consumidores da companhia fez com que o serviço de abastecimento de água fosse mais barato àqueles que possuem renda baixa e incentivou o uso consciente da água por parte da população de Santa Cruz. Com esse sistema de taxação, foi comprovado que o serviço de água da SAGUAPAC compromete apenas 4,5% da renda mensal das famílias de baixa renda que recebem 23 bolivianos ao dia de trabalho ao pagar por 15 m³ de água. Isto está dentro do limite de acessibilidade de 5% de gastos com serviços de água dentro do orçamento familiar. O método de avaliação da “vontade de pagar” dos usuários da SAGUAPAC expressou que os moradores de baixa renda estariam dispostos a pagar mais caro do que os 4,5% de sua renda mensal pelos seus serviços (NICKSON, 2000).

Por fim, a eficácia da SAGUAPAC, ou seja, sua capacidade de alcançar os objetivos originais propostos, pode ser medida através de dois indicadores: a cobertura do serviço, que mede a proporção da população da área que recebe água por meio da companhia, e a disponibilidade da água, que é medida pelo número de horas contínuas por dia que o serviço de água da companhia está disponível à população (Quadro 10). Este critério é bem executado pela companhia, já que em 1997, a cobertura do serviço de SAGUAPAC tinha atingido 80%. Um adicional de 10% foi conectado à dúzia de pequenas cooperativas na cidade que auxiliam à companhia, trazendo a cobertura total a 90% da população urbana. Isto é uma realização importante à luz do fenomenal crescimento da população de 42.000 em 1950 a 1.000.000, em 1998 (Quadro 11) (NICKSON, 2000).

Quadro 10 – Eficácia da SAGUAPAC

	SAGUAPAC	SAMAPA	SEMAPA
Cobertura da água	80%	84%	57%
Disponibilidade da água	24h	*	*

Fonte: Banco Mundial (1998) apud Nickson (2000, p. 5). *Dados não fornecidos pelas companhias.

Quadro 11 – Crescimento da população de Santa Cruz (1950-1998)

1950	42.000 habitantes
1960	150.000 habitantes
1976	250.000 habitantes
1985	500.000 habitantes
1998	1.000.000 habitantes

Fonte: Nickson (2000, p. 7).

Assim, a estrutura cooperativa da SAGUAPAC é a principal razão para seu bom desempenho em comparação às outras companhias bolivianas. É possível perceber que as interferências políticas sofridas por outros arranjos organizacionais enfraquecem as companhias de água municipais. Sua estrutura cooperativa permite a continuidade da administração, na qual o seu sistema eleitoral trabalha contra a corrupção, especialmente através da rotatividade dos cargos. A sua preocupação com um projeto de serviço público de água de qualidade à população ao custo justo a encaixa como um empreendimento solidário de sucesso.

5 ANÁLISE DOS CASOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram postos em setembro do ano de 2000 como uma nova agenda internacional que abarcaria as soluções ao desenvolvimento das nações mais pobres do mundo que ainda enfrentavam o subdesenvolvimento implacável. Seu plano de ação, que objetivava abraçar as mazelas sociais que acentuavam-se ainda na virada do século, como pobreza, fome, miséria, doenças, igualdade de gêneros, problemas com o meio ambiente e desenvolvimento, foi colocado em prática pela comunidade internacional. Líderes dos governos, da própria ONU e da sociedade civil saíram da Cúpula do Milênio esperançosos pelas respostas que seriam dadas aos anseios dos que mais necessitavam a partir dali.

Após quinze anos, a partir do relatório final elaborado pela ONU em dezembro do ano de 2015, *The Millennium Development Goals Report*, é possível perceber que em algumas realidades houve melhorias, enquanto em outras, há um longo caminho a ser percorrido. As respostas produzidas tentaram focar as barreiras impostas às nações em busca do desenvolvimento. Algumas delas, por intermédio

dos governos nacionais e de agências da ONU, foram empregadas com eficácia, como os casos do Programa Fome Zero no Brasil e outras políticas globais desenvolvidas pelo PNUD. No entanto, ainda há um espaço de ação, entre o Estado e o mercado, muitas vezes invisível a estes, cujo as práticas de cooperação, autogestão e democracia servem de base. A isto, os autores do tema denominam de economia solidária.

Ainda que esta não seja o caminho mais convencional ao desenvolvimento e nem o mais apoiado pela ONU, já que não opera sob a lógica vigente capitalista, vem ganhando notoriedade em virtude de seus resultados apresentados nas últimas décadas. Conforme foi demonstrado neste artigo, os princípios e valores da economia solidária, manifestados através de suas práticas de solidariedade, autogestão, empoderamento e democracia, são capazes de fornecer as respostas necessárias aos grupos e comunidades locais que demandam por um desenvolvimento mais sustentável, justo e igualitário. Os estudos de caso abordados conseguem confirmá-la como uma ferramenta útil e adaptável ao alcance de diferentes realidades, principalmente àquelas abraçadas pelos ODM.

No primeiro caso, à luz do ODM 1, foi apresentada a atuação de um banco comunal, o CRECER, que visa fornecer microcrédito às regiões e populações vulneráveis da Bolívia. O CRECER trabalha desde o ano de 1990 com os associados mais pobres do país, segundo a definição de pobreza absoluta internacional – aqueles que vivem com US\$ 1,00 ao dia por pessoa. Diante disso, é possível evidenciar o seu desempenho em benefício dos mais pobres. Conforme consta no quadro 3 aqui exposto, cerca de 41% dos associados abarcados pelo projeto vivem em situação de pobreza absoluta. Além disso, 73% vivem abaixo da linha de pobreza do país.

Estes dados reafirmam o comprometimento que as microfinanças possuem ao fornecer aos mais pobres o acesso ao sistema bancário, ao qual são excluídos por parte dos bancos tradicionais que, por estarem firmados sob os princípios regulatórios do mercado (lucro, competitividade, necessidade de garantia de renda, entre outros), não são capazes de permitir sua entrada neles.

O ponto chave das práticas de microfinança, que estão inseridas no contexto da economia solidária porque também compactuam com a lógica da cooperação, autogestão, democracia, é a sua preocupação em promover o microcrédito e o apoio ao pequeno empreendedorismo. Essas práticas, demonstradas no estudo de caso

de Simanowitz e Walter (2008), são conscientemente voltadas aos mais pobres, o que confirma sua tendência a abarcar a pobreza absoluta em geral e sua efetividade no alcance da parcela da população proposta pelo ODM 1.

O CRECER opera nas regiões onde os níveis de pobreza (taxas de escolaridade, acesso a bens de consumo, gastos com alimentação, entre outros) são os mais baixos da Bolívia. Simanowitz e Walter (2008) afirmam que o banco utiliza-se desse direcionamento nas áreas geograficamente mais pobres através da obtenção de dados nacionais e internacionais para efetivamente alocar seu funcionamento àqueles que mais necessitam dele.

A eficiência do CRECER em retirar a parcela da população mais vulnerável da linha da pobreza não está situada no montante emprestado a cada um de seus associados, mas na sua capacidade de fornecer uma alternativa sustentável a eles. Diferentemente dos bancos tradicionais, que são guiados pelo mercado e tendem a servir aos mais rentáveis e descartar aqueles que não o são, os bancos que empregam o microcrédito, como o CRECER, operam para prover serviços financeiros aos pobres e miseráveis.

As microfinanças, exemplificadas aqui pelo CRECER, buscam entender as necessidades e desafios dos mais pobres, propondo serviços específicos à sua realidade. Assim, os empréstimos são ínfimos – US\$ 128,00 em média por pessoa, no caso do CRECER – se comparados aos dos bancos tradicionais, no entanto, são a quantia necessária à realidade de cada indivíduo. Esse dado evidencia a função do banco comunal em prol da população, que de fato necessita de valores irrisórios para modificar sua realidade, mas que não é alcançada pelos bancos tradicionais.

Do total de associados do CRECER, 66% conseguiram melhorar suas condições de vida e experimentaram redução real da sua pobreza econômica e 86% lograram êxito no acúmulo de dinheiro na poupança. Tudo isso ajuda a sustentar as práticas da economia solidária como uma efetiva ferramenta de erradicação da pobreza, da fome e da miséria, como por exemplo, as microfinanças.

Já no segundo caso, à luz do ODM 3, foi apresentado um coletivo feminino que possui em seu bojo de funcionamento atividades que envolvem mulheres artesãs, o Cultarte. Este projeto da região periférica de Salvador é responsável por fornecer a essas mulheres marginalizadas do sistema produtivo tradicional a oportunidade de organização e participação em feiras e mostras de cultura popular, além de cursos e formação prática na área do artesanato. Através do coletivo,

puderam alcançar o acesso ao mercado produtivo como sujeitas da economia por intermédio do empreendedorismo de suas atividades.

As mulheres, que além de serem de baixa renda, eram conseqüentemente privadas de liberdade, autonomia e desenvolvimento, puderam lograr uma alternativa à realidade socioeconômica em que viviam. Através do TBC Cabula, inseriram-se no mercado produtivo, mas sem compactuar da sua lógica de desenvolvimento capitalista. Um empreendimento como esse possui princípios como horizontalidade, cooperação, autogestão e democracia. Todas essas características são apontadas pelas mulheres artesãs do Cultarte como pilares essenciais ao seu empoderamento e à diminuição das desigualdades socioeconômicas existentes entre os homens e elas próprias.

Conforme mostram os dados do quadro 4, 46,19% dos domicílios particulares permanentes de Salvador estão sob a responsabilidade de mulheres. Nas 17 localidades abarcadas pelo Cultarte, a realidade não distancia-se desse patamar. Ou seja, o Cultarte demonstra que as mulheres, que são em maioria líderes financeiras e produtivas de suas residências, necessitam de iniciativas que fomentem respostas condizentes ao seu cotidiano. A partir do ato de se apoderar do legado histórico-cultural de seus bairros e produzirem artesanato de forma associativa, além da diversificação das atividades, como a hospedagem domiciliar e comunitária, as mulheres artesãs do projeto empregam através de práticas democráticas, horizontais e autogestionárias a sua própria resposta às demandas observadas por elas mesmas.

Assim, é possível afirmar que a economia solidária também possui potencial transformador de realidades desiguais de gênero. Souza e Santos (2016) relatam que as vulnerabilidades postas pelo mercado produtivo às mulheres do Cultarte são enfrentadas através da colaboração de umas com as outras. O fortalecimento do grupo amplia as possibilidades de enfrentamento dessas realidades adversas e cria uma identidade capaz de fomentar o avanço dessas mulheres.

O Cultarte, por fim, pode ser analisado como fomentador da igualdade entre os gêneros e de autonomia para as mulheres através de suas práticas de cooperação, autogestão e democracia. A partir do fortalecimento da identidade do grupo, as associadas conseguem alcançar maiores voos em virtude dos processos de formação, capacitação, visibilidade, troca de experiências e aprendizagem do coletivo. Ainda é um projeto embrionário, mas que vem consolidando a autonomia

das mulheres da região periférica de Salvador. Logo, o estímulo ao desenvolvimento local revela o potencial que a própria comunidade e as mulheres possuem naturalmente para produzir respostas que proporcionem melhorias ao seu próprio desenvolvimento.

No terceiro e último caso, foi apresentada a experiência da SAGUAPAC, à luz do ODM 7, que sugere que o modelo cooperativo no fornecimento de serviços de saneamento e abastecimento de água também é viável e testável como forma de garantir a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente. A SAGUAPAC, fruto de um arranjo estrutural incomum, fornece água limpa e tratada para todos os 1.000.000 de habitantes da cidade de Santa Cruz, na Bolívia, até então.

Como foi visto, a SAGUAPAC possui um processo de tomada de decisão descentralizada e democrática, no qual todos os seus associados possuem poder de voto para decidir o futuro da companhia e de seus novos gestores, conforme foi demonstrado no estudo de caso proposto por Nickson (2000). Isto ressalta as noções de democracia e igualdade empregadas pela companhia, tão presentes na economia solidária. Outros aspectos relevantes, como eficiência, equidade e eficácia, também foram mensurados no trabalho.

Em comparação com outras companhias de água bolivianas, que não operam sob o arranjo estrutural cooperativo, como a SAMAPA de La Paz e a SEMAPA de Cochabamba, a SAGUAPAC possui um bom desempenho nesses critérios, fazendo com que a companhia seja exemplo de responsabilidade socioambiental, conforme almeja o ODM 7. A SAGUAPAC opera um nível relativamente baixo de perdas de água – de 23% em comparação aos 33% da SAMAPA e aos 54% da SEMAPA, um alto nível de produtividade dos trabalhadores – de 4,02 em comparação aos 4,43 da SAMAPA e aos 6,49 da SEMAPA, lembrando que a SAGUAPAC apenas empregava 389 trabalhadores na época – e a medição universal de 100% de suas ligações de água. A SAGUAPAC também possui a tarifa de água média mais barata, de US\$ 0,55, além de 96% de eficiência na coleta. Dessa forma, os dados afirmam sua eficiência em comparação a outros arranjos estruturais.

Cabe ressaltar sua política de taxação diferenciada aos seus associados, respeitando sua condição socioeconômica. A tarifa *lifeline* criada pela companhia, conforme pontua Nickson (2000), demonstra sua preocupação não apenas em fazer o melhor aproveitamento da água diante de seus recursos hídricos, financeiros e humanos, mas também de cobrar um valor justo e que possa ser pagável por

aqueles que também precisam desse recurso inerente à vida, mas que não podem pagar muito por ele. Como ressaltado no estudo de caso, foi comprovado que o serviço de água da SAGUAPAC compromete apenas 4,5% da renda mensal das famílias de baixa renda que recebem 23 bolivianos ao dia de trabalho ao pagar por 15 m³ de água.

Assim, diante do exposto, é possível encaixar a SAGUAPAC como uma companhia capaz de fornecer um serviço de água sob as bases de uma cooperativa, sem deixar de lado os avanços na proteção dos recursos hídricos, logo, do meio ambiente, e a preocupação com a população mais pobre da cidade de Santa Cruz. A partir da avaliação feita, o arranjo cooperativo da SAGUAPAC, mediante as práticas de economia solidária aqui sublinhadas, é bastante eficaz na prossecução do ODM 7.

Em resumo, todas as iniciativas solidárias abordadas neste artigo mostraram-se como ferramentas úteis ao alcance dos ODM 1, 3 e 7. Devido à abrangência do escopo dessas iniciativas, estimo que seria possível avaliar outros projetos que englobem o restante dos ODM em um trabalho futuro. Ainda que as iniciativas estejam situadas em uma esfera intermediária entre Estado e mercado, podem ser empregadas como respostas às realidades vividas pelos indivíduos, principalmente aqueles que estão inseridos à margem do processo de desenvolvimento capitalista atual.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Letícia C. A resposta brasileira aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: o papel do governo nacional e o envolvimento de governos subnacionais. **Estudos Internacionais**, v. 2, n. 2, p. 291-320, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/8202>>. Acesso em: 18 out. 2016.

AZAMBUJA, Lucas R. Os valores da Economia Solidária. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 11, n. 21, p. 282-317, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100012>. Acesso em: 18 out. 2016.

BIRCHALL, Johnston. **Cooperatives and the Millennium Development Goals**. Cooperative Branch & Policy Integration Department. Geneva, International Labor Office, 2004. Disponível em: <<http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/2004-birchall-mdgs.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

CARVALHO, Paulo G. M. de; BARCELLOS, Frederico C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 222-244, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/11176/8976>>. Acesso em: 18 out. 2016.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Lista oficial dos indicadores dos ODM**. 2011. Disponível em: <http://www.cepal.org/mdg/noticias/paginas/6/35556/officialist2011_es.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.

COSTA, J. S. M.; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. **A Face Feminina da Pobreza: Sobre-Representação e Feminização da Pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA, nov. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4726>. Acesso em: 18 out. 2016.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 245-275, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100011>. Acesso em: 18 out. 2016.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002. Disponível em: <<https://intranet.dcc.ufba.br/pastas/ondadigital/backupAnexoSite/incluiSim/EconomiaSolidaria-FronteirasConceituais.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

GAIGER, Luiz I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, mar. 2009. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/401>>. Acesso em: 18 out. 2016.

HULME, David. **The Millennium Development Goals (MDGs): A Short History of the World's Biggest Promise**. The University of Manchester, Brooks World Poverty Institute, BWPI Working Paper 100, Sep. 2009. Disponível em: <<http://poseidon01.ssrn.com/delivery.php?ID=10300112712008506908607711509007906405403406103708302506600408301000212602306700812009806006101411902605312209106808710008212304100403105004809406500409309709802809804205907302608700609906600502109108611811802410700311812506502800908097101119007091082&EXT=pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. **Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 7-47, mar. 2009. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

LECHAT, Noëlle M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: GAIGER, Luiz I. (org.). **Economia Solidária**. Vol. 1. Rio de Janeiro: UFF, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio C. (orgs.). **A Economia Solidária na América Latina**: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012. Disponível:

<<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB997701A2796/Economia%20Solid%C3%A1ra%20na%20América%20Latina%20SENAES%20SOLTEC.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

NICKSON, Andrew. **Organisational structure and performance in urban water supply: the case of SAGUAPAC co-operative in Santa Cruz, Bolivia**. Birmingham University International Development Department, 2000. Disponível em:

<http://www.academia.edu/1561685/Organizational_Structure_and_Performance_in_Urban_Water_Supply_the_case_of_the_SAGUAPAC_cooperative_in_Santa_Cruz_Bolivia>. Acesso em: 18 out. 2016.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, Antonio (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz e Unitrabalho, 2003. Disponível em:

<<http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/MULHERES-NA-ECONOMIA-SOLIDARIA-Miriam-Nobre.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

PEDRINI, Dalila M.; OLIVEIRA, Adriana L. de. A economia solidária como estratégia de desenvolvimento. **Emancipação**, v. 7, n. 01, p. 111-133, 2007. Disponível em:

<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/89>>. Acesso em: 18 out. 2016.

RAZETO, Luis. La economía solidaria: concepto, realidad y proyecto. **Persona y Sociedad**, Santiago do Chile, v. 13, n. 02, ago. 1999. Disponível em:

<http://base.socioeco.org/docs/razeto_la_economia_de_solidaridad_06.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

REZENDE, Maria José de. As metas socioeconômicas denominadas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU: os percalços de um projeto de combate à pobreza absoluta e à exclusão social. **Convergencia**, México, v. 14, n. 43, p. 169-209, jan./abril 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-14352007000100007>. Acesso em: 18 out. 2016.

SACHS, Jeffrey D. From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. **The Lancet**, v. 379, issue 9832, p. 2206-2211, Jun. 9, 2012. Disponível em:

<<http://jeffsachs.org/wp-content/uploads/2012/06/From-MDGs-to-SDGs-Lancet-June-2012.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

SIMANOWITZ, Anton; WALTER, Alice. **Impacto seguro: cómo servir al más pobre construyendo instituciones financieramente autossuficientes y mejorando el nivel de vida de las mujeres más pobres y sus familias**. Asociación de Entidades Financieras Especializadas en Micro Finanzas de Bolívia, 2008. Disponível em:

<<http://www.asofinbolivia.com/archivos/IMPACT%20SEG.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a. Disponível em: <<http://www.oescj.org.ec/pdf/biblioteca/libros/Introducao-Economia-Solidaria.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUSA SANTOS, Boaventura (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. Disponível em: <<http://www.ceeja.ufscar.br/a-recente-ressurreicao-singer>>. Acesso em: 18 out. 2016.

SOUZA, Helaine P.; SANTOS, Francisca de P. As mulheres e desenvolvimento local: a experiência do grupo Cultarte. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: DIÁLOGO BRASIL E CUBA, 2016. Feira de Santana. **Anais do I Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: Diálogo Brasil e Cuba**. Disponível em: <http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-4881_pt.html>. Acesso em 18 out. 2016.

SPECHT, Analine A. Economia feminista. **Cadernos Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária**, a. 2009, p. 04-12, suplemento jul. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/o/2776316>>. Acesso em: 18 out. 2016.

UNITED NATIONS. **The Millennium Development Goals Report**. New York, 2015. Disponível em: <[http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf)>. Acesso em: 18 out. 2016.

UNITED NATIONS. **United Nations Millennium Declaration**. New York, 2000. Disponível em: <<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>>. Acesso em: 18 out. 2016.

UNITED NATIONS. **The Road to Dignity by 2030: Ending Poverty, Transforming All Lives and Protecting the Planet**. New York, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.un.org/disabilities/documents/reports/SG_Synthesis_Report_Road_to_Dignity_by_2030.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 2003**. Millennium Development Goals: a compact among nations to end human poverty. New York: Oxford University Press, 2003. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/264/hdr_2003_en_complete.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

WAAGE, Jeff; et al. The Millennium Development Goals: a cross-sectoral analysis and principles for goal setting after 2015. **The Lancet**, v. 376, issue 9745, p. 991-1023, Sep. 18, 2010. Disponível em: <[http://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(10\)61196-8.pdf](http://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(10)61196-8.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2016.

ANEXO A – LISTA OFICIAL PROPOSTA PELA CEPAL EM 2011 DOS INDICADORES DOS ODM

1. Acabar com a fome e a miséria;
 - a. Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas com renda inferior a US\$ 1,00 por dia;
 - i. Proporção da população com renda abaixo de US\$ 1,00 PPA (Paridade do Poder Aquisitivo) por dia;
 - ii. Coeficiente do hiato de pobreza;
 - iii. Proporção do consumo nacional que corresponde ao quintil mais pobre da população;
 - b. Alcançar emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens;
 - i. Taxa de crescimento do PIB por pessoa empregada;
 - ii. Taxa de pessoas empregadas;
 - iii. Proporção da população com emprego com renda inferior a US\$ 1,00 PPA (Paridade do Poder Aquisitivo) por dia;
 - iv. Proporção da população que trabalha por conta própria ou como trabalhador familiar auxiliar em função do emprego do emprego total;
 - c. Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a porcentagem de pessoas que morrem de fome;
 - i. Proporção de crianças menos de 5 anos com peso inferior ao normal;
 - ii. Proporção da população abaixo do nível mínimo de consumo de energia alimentar;
2. Oferecer educação básica de qualidade para todos;
 - a. Assegurar que, para o ano de 2015, meninos e meninas de todo o mundo possam terminar a educação primária;
 - i. Taxa líquida de crianças matriculadas na educação primária;
 - ii. Proporção de alunos que começam o primeiro ano e chegam ao último na educação primária;
 - iii. Taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos, entre homens e mulheres;
3. Promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia das mulheres;

- a. Eliminar as desigualdades entre os sexos na educação primária e secundária, preferivelmente para o ano de 2005, e em todos os níveis de educação para o ano de 2015;
 - i. Relação entre meninos e meninas na educação primária, secundária e superior;
 - ii. Proporção de mulheres em empregos assalariados do setor não agrícola;
 - iii. Proporção de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
 - a. Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade infantil entre crianças menores de 5 anos;
 - i. Taxa de mortalidade infantil das crianças menores de 5 anos;
 - ii. Taxa de mortalidade infantil;
 - iii. Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo;
5. Melhorar a saúde das gestantes;
 - a. Reduzir, entre 1990 e 2015, a mortalidade materna em três quartos;
 - i. Razão da mortalidade materna;
 - ii. Proporção de partos com assistência de profissionais da saúde qualificados;
 - b. Promover, para o ano de 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva;
 - i. Taxa de uso de anticoncepcionais;
 - ii. Taxa de fertilidade adolescente;
 - iii. Cobertura de atenção pré-natal (ao menos uma consulta e ao menos quatro consultas);
 - iv. Necessidades insatisfeitas em matéria de planejamento familiar;
6. Combater a AIDS, a malária e outras doenças;
 - a. Haver detido e começado a reduzir, para o ano de 2015, a propagação do HIV/AIDS;
 - i. Prevalência do HIV entre as pessoas de 15 a 24 anos;
 - ii. Uso de preservativos na última relação sexual de alto risco;
 - iii. Proporção da população de 15 a 24 anos que tem conhecimentos amplos e corretos sobre o HIV/AIDS;

- iv. Relação entre a assistência escolar de crianças órfãs e a de crianças não órfãs de 10 a 14 anos;
 - b. Promover, para o ano de 2015, o acesso universal ao tratamento do HIV/AIDS para todas as pessoas que necessitem dele;
 - i. Proporção da população portadora do HIV com infecção avançada que tem acesso a medicamentos antirretrovirais;
 - c. Haver detido e começado a reduzir, para o ano de 2015, a incidência da malária e outras doenças graves;
 - i. Taxas de incidência e mortalidade associadas à malária;
 - ii. Proporção de crianças menos que 5 anos que dormem protegidas por mosquiteiros impregnados de inseticida;
 - iii. Proporção de crianças menores de 5 anos com febre que recebem tratamento com os medicamentos adequados contra a malária;
 - iv. Taxas de incidência, prevalência e mortalidade associadas à tuberculose;
 - v. Proporção de casos de tuberculose detectados e curados com o tratamento breve sob observação direta;
- 7. Garantir a qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
 - a. Incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais, e reverter a perda de recursos do meio ambiente;
 - b. Reduzir a perda de biodiversidade, alcançando, para o ano de 2010, uma redução significativa na taxa de perda;
 - i. Proporção da superfície coberta por florestas;
 - ii. Emissão de dióxido de carbono (total, per capita e por cada dólar PPA do PIB);
 - iii. Consumo de substâncias que esgotam a camada de ozônio;
 - iv. Proporção de populações de peixes que estão dentro dos limites biológicos seguros;
 - v. Proporção do total de recursos hídricos utilizados;
 - vi. Proporção das áreas terrestres e marinhas protegidas;
 - vii. Proporção de espécies em perigo de extinção;
 - c. Reduzir pela metade, para o ano de 2015, a porcentagem de pessoas sem acesso sustentável à água potável e aos serviços básicos de saneamento;

- i. Proporção da população que utiliza fontes melhores de abastecimento de água potável;
 - ii. Proporção da população que utiliza serviços de saneamentos melhores;
 - d. Haver melhorado consideravelmente, para o ano de 2020, a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de favelas;
 - i. Proporção da população urbana que vive em favelas;
- 8. Estabelecer parcerias para o desenvolvimento;
 - a. Desenvolver cada vez mais um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em normas, previsível e não discriminatório;
 - b. Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos;
 - c. Atender às necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral e dos pequenos países insulares em desenvolvimento¹⁶;
 - d. Abordar em todas as suas dimensões os problemas da dívida dos países em desenvolvimento com medidas nacionais e internacionais a fim de tornar a dívida sustentável a longo prazo;
 - i. Número total de países que alcançaram o ponto de decisão e o número total de países que alcançaram o ponto de culminação na Iniciativa para a Redução da Dívida dos Países Pobres Muito Endividados (PPME) (acumulativo);
 - ii. Alívio da dívida externa comprometido conforme a Iniciativa para a Redução da Dívida dos Países Pobres Muito Endividados e a Iniciativa para o Alívio da Dívida Multilateral;
 - iii. Serviço da dívida como porcentagem das exportações de bens e serviços;
 - e. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar acesso a medicamentos essenciais nos países em desenvolvimento a preços acessíveis;
 - i. Proporção da população com acesso sustentável a medicamentos essenciais a preços acessíveis;

¹⁶ De acordo com a CEPAL (2011), os indicadores das metas 8a, 8b e 8c afetam distintamente os países menos desenvolvidos, os países africanos, os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos países insulares em desenvolvimento, não estando postos de forma separada a fim de aferir uma meta específica, como os outros indicadores listados. Para vê-los, acesse a lista oficial dos ODM, metas e indicadores disponibilizada pela CEPAL contida nas referências deste artigo.

f. Em colaboração com o setor privado, dar acesso aos benefícios das novas tecnologias, em particular aos das tecnologias da informação e das comunicações;

- i. Linhas de telefone fixo a cada 100 habitantes;
- ii. Clientes de telefonia móvel a cada 100 habitantes;
- iii. Usuários de internet a cada 100 habitantes.